



PRESS BOOK

Revista_Imprensa_23_Novembro_2020

1. Passarem à reforma mais de 109 mil num ano, Correio da Manhã, 23/11/2020	1
2. Ana Rita Cavaco Navegação à vista, Correio da Manhã, 23/11/2020	3
3. Sete milhões de Portugueses fechados em casa aos fins de semana e feriados, Correio da Manhã, 23/11/2020	4
4. Ouvir a ciência e médicos, Correio da Manhã, 23/11/2020	7
5. Editorial - O vírus de sábado à tarde, i, 23/11/2020	8
6. "É necessário investir muito mais", defende Eugénio Rosa sobre o OE, i, 23/11/2020	9
7. Menos empresas e trabalhadores em layoff, i, 23/11/2020	11
8. Coligações negativas pesam mais de 20 milhões, Jornal de Notícias, 23/11/2020	12
9. Pagamentos à Segurança Social adiados para julho de 2021, Jornal de Notícias, 23/11/2020	13
10. Habitação - Governo avança mais 400 milhões para tornar edifícios sustentáveis, Jornal de Notícias, 23/11/2020	14
11. S. João da Madeira quer reabilitar 870 habitações, Jornal de Notícias, 23/11/2020	16
12. Despesa do SNS atinge máximo histórico de 9111 milhões de euros, Jornal de Notícias, 23/11/2020	17
13. PCP inflexível e bispos responsáveis, Jornal de Notícias, 23/11/2020	18
14. Gerir a informação, Jornal de Notícias, 23/11/2020	19
15. Ainda há esperança - Estado de Confusão, Negócios, 23/11/2020	20
16. "Hoje tenho de lutar bastante" para manter a Vodafone em Portugal" - entrevista a Mário Vaz, Negócios, 23/11/2020	22
17. Governo entra em rutura com o Bloco no Orçamento, Negócios, 23/11/2020	28
18. CIP diz que novas medidas restritivas são "incoerentes", Negócios, 23/11/2020	31
19. Jerónimo diz que OE2021 está "longe, longe", Público, 23/11/2020	32
20. Eventos podem ter até seis pessoas, mas são de evitar, Público, 23/11/2020	33
21. Casos sobem mas não haverá libertação de reclusos, Público, 23/11/2020	35
22. A pandemia está a levar à criação de novos seguros, Público, 23/11/2020	37
23. Incumprimento do teletrabalho "passa muito pela interpretação da lei", Público, 23/11/2020	40
24. Roque da Cunha 2 mil médicos, Correio da Manhã, 23/11/2020	41
25. Guadalupe Simões Dúvida por clarificar, Correio da Manhã, 23/11/2020	42
26. Peso e medida, Correio da Manhã, 23/11/2020	43

27. Integração é um "embaraço", Correio da Manhã, 23/11/2020	44
28. Sindicato Testes rápidos, Correio da Manhã, 23/11/2020	45
29. Governo admite maior subida do SMN, i, 23/11/2020	46
30. Refugiados - Integração e pleno emprego no Fundão, Jornal de Notícias, 23/11/2020	47
31. Espanhola Nervión monta sede na Feira em ano mau, Negócios, 23/11/2020	50
32. Número, Negócios, 23/11/2020	51
33. Entrada no mercado de trabalho em recessão penaliza rendimentos durante 10 anos, Público, 23/11/2020	52
34. O que podemos fazer podemos pagar, Público, 23/11/2020	55

SEGURANÇA SOCIAL

Passaram à reforma mais de 19 mil num ano

BENEFICIÁRIOS ● Segurança Social pagou em outubro deste ano mais de 2,065 milhões de pensões de velhice **EVOLUÇÃO** ● Novas regras ajudam a explicar subida de 32 mil reformados em três anos

JOÃO MALTEZ

Foram pagas em outubro de 2020 mais 19 178 pensões de velhice do que no mesmo mês do ano passado, um aumento de 0,2%, revela a mais recente síntese de informação estatística da Segurança Social. Significa isto que no espaço de um ano o número de cidadãos na reforma ultrapassou os 2,065 milhões, já que em outubro de 2019 estavam nessa condição um pouco mais de 2,046 milhões de portugueses.

O novo regime de reforma para as carreiras contributivas longas, que entrou em vigor na última legislatura e a aposentação antecipada devido a situações de desemprego de longa

PAGAS EM OUTUBRO DE 2020 MAIS DE 713 MIL PENSÕES DE SOBREVIVÊNCIA

duração ajudam a explicar o aumento do número de reformados cujas pensões são pagas pela Segurança Social. Refira-se que em outubro de 2017 estavam registados cerca de 2,036 milhões de beneficiários, quando este ano no mesmo mês eram mais cerca de 32 mil os portugueses nessa situação.

Segundo a síntese publicada pela Segurança Social, dos atuais 2,065 milhões de reformados, as mulheres representaram 52,8% desse universo (cerca de 1,1 milhões), enquanto os homens aposentados são um pouco mais de 975 mil.

Ainda em outubro de 2020 foram contabilizadas 713 440 pensões de sobrevivência mais 1290 comparativamente ao mesmo período do ano passado, o que traduz um aumento de 0,2% (ver também página 22).



Novo regime de acesso à reforma ajuda a explicar parte do crescimento do número de novos pensionistas



Foram pagos em outubro mais de 1,067 milhões de abonos de família

Abono de família regista queda face a 2019

■ O número de titulares de abono de família em outubro de 2020 foi de 1,067 milhões, o que corresponde a mais 8 318 crianças e jovens face ao valor revisto de setembro (1,059 milhões) e menos 41 037, tendo em conta outubro de 2019, segundo dados divulgados

pela Segurança Social. O número de abonos registados para titulares do sexo feminino foi de quase 524 mil (49,1% do total), do que em setembro de 2020. Ao sexo masculino foram entregues 543 mil abonos (50,9% do total), mais 0,8% face ao mês anterior.

CASO BPN

PROCESSO COM VIEIRA

ARRASTA-SE

HÁ 11 ANOS

P.48

www.cmjornal.pt

CORREIO

da manhã

DIRETOR-GERAL EDITORIAL: OCTÁVIO RIBEIRO
DIR.-GERAL EDIT. ADJ.: ARMANDO ESTEVES PEREIRA E ALFREDO LEITE
DIRETOR-EXECUTIVO: CARLOS RODRIGUES DIR.-ADJUNTOS: JOSÉ CARLOS CASTRO E PAULO JOÃO SANTOS

ACIONISTA DA MEDIA CAPITAL

FORTUNA

PARA MULHER

ANTES

DO DIVÓRCIO

P.14

SEGUNDA-FEIRA 23/11/2020 | DIÁRIO | € 1,20 (C/IVA)

ESPECIAL DE 10 PÁGINAS: TUDO SOBRE A PANDEMIA P.4 A 13

CONSUMO DE ANTIDEPRESSIVOS DISPARA

EMERGÊNCIA PERMITE TAKEAWAY DE RESTAURANTES

CONSUMIDORES PODEM IR BUSCAR COMIDA DURANTE RECOLHER OBRIGATÓRIO

SETE MILHÕES DE PORTUGUESES FECHADOS EM CASA AOS FINS DE SEMANA E FERIADOS

DIREITA CRÍTICA REALIZAÇÃO DO CONGRESSO DO PCP

ESPECTÁCULOS CULTURAIS ESCAPAM AO CONFINAMENTO

EM 2020

MAIS 1649

PROFESSORES

PASSAM

À REFORMA

EM 8 ANOS SAÍRAM 15 MIL DO ATIVO E ENTRARAM 12 MIL NOS QUADROS

CORRIDA À APOSENTAÇÃO DE DOCENTES

SEGURANÇA SOCIAL paga a mais 19 mil pensionistas até final de outubro P.22 E 26

VITÓRIA COROA DOMÍNIO ABSOLUTO NO GP DE PORTUGAL P.24 E 25

CAMPEÃO

MIGUEL OLIVEIRA FAZ HISTÓRIA NO ALGARVE

BENFICA P.32

JORGE JESUS ARRASA

JOGADORES SEM ESTOFO



SPORTING P.31

POTE LESIONADO FALHA

JOGO COM SACAVERNENSE

COLEÇÃO CRIME E CASTIGO

James Arthur Ray

SÁBADO, DIA 28

1,99€

+ JORNAL

James Arthur Ray Da promessa de Luz às Trevas

ALBUFEIRA P.21

CONDENADA A PENHA DE PRISÃO POR TORTURAR RIVAL COM TESOURA

Vítima tinha 18 anos

VIDAS P.41 A 45

NORA DE SALGADO EM EMBAIXADA

Filha de Miguel Sousa Tavares é adida cultural no Canadá

MIRA E AMARANTE P.19

Dois mortos em

acidentes com motos

OIRAS P.16 E 17

Ministério Público acusa

filho de matar a mãe

SONDAGEM P.27

Presidente Marcelo

longe do recorde

de Mário Soares

A PRECISÃO DO CORTE EM CADA PRATO.

CONJUNTO DE FASCAS ESTILO ANTIGONAL

Faca de Legumes 13 cm

1ª Entrega

6ª feira, dia 27

Preço de lançamento

3,95€ + jornal

ANA RITA CAVACO | **NAVEGAÇÃO À VISTA**

Em reação às novas medidas anunciadas pelo Governo, a bastonária da Ordem dos Enfermeiros salienta que “o que continuamos a fazer é gerir o dia a dia. E isso serve de pouco”. Ana Rita Cavaco fala mesmo em “navegação à vista, algo que vai continuar, pelo menos, até ao mês de janeiro”.



ESTADO DE EMERGÊNCIA



REGRAS Nova leva de restrições
arranca já amanhã, impedindo
miniférias **TAKEAWAY** Restaurantes
poderão abrir após 13h00 aos fins
de semana e feriados em concelhos
de maior risco

Famílias em casa deixam ruas desertas e os negócios ainda mais asfixiados, numa altura em que se esperava mais movimento devido à existência de feriados

Medidas mais “duras” em País a quatro ritmos

WILSON LEDO

Portugal entra, à meia-noite desta terça-feira, no quinto período de estado de emergência. Desta vez, o País estará dividido em quatro níveis de risco mas unido na proibição de circular entre concelhos nos fins de semana que se esperavam prolongados. Com a maior parte do País fechada em casa, há pelo menos uma boa notícia para os restaurantes: vão poder funcionar em regime de takeaway no período do recolher obrigatório aos sábados, domingos e feriados.

“Tenho a consciência de que são muito exigentes, muito du-

ras”, afirmou António Costa no sábado, ao anunciar as medidas. Para evitar novos contágios, a mais marcante será a circulação entre concelhos proibida de 27 de novembro a 2 de dezembro e de 4 a 8 de dezembro. Já nas vésperas de fe-

7 MILHÕES FECHADOS EM CASA AOS SÁBADOS, DOMINGOS E FERIADOS

riado, serviços públicos e escolas estarão fechados. Com esta decisão, o Governo não faz um convite às tradicionais miniférias mas antes ao recolhimento das famílias em casa.

Com as novas restrições, além dos limites à circulação, chegam novos horários para o comércio (ver infografia). Apesar de Costa ter insistido que “a restauração é um local de risco”, o setor tem pelo menos um motivo de alívio face ao atual estado de emergência: passará a ser possível o takeaway após as 13h00 nos concelhos com recolher obrigatório aos fins de semana e feriados.

Assim, nestes dias de descanso, cerca sete milhões de portugueses terão de manter-se em casa à tarde e à noite. Esta larga fatia da população vive nos 127 concelhos com risco de

SAIBA MAIS

15

dias é a duração prevista para cada período de estado de emergência. Tanto o primeiro-ministro como o Presidente da República já admitiram mais renovações a este regime, o que incluirá o período do Natal.

Concelhos com maior risco

Apesar de distinguir entre risco muito elevado e risco extremo de contágio, o Governo decidiu aplicar as mesmas medidas aos dois níveis nesta quinzena.

contágio muito elevado ou extremamente elevado, ou seja, com mais de 480 casos por 100 mil habitantes. Sair só mesmo para comprar comida em mercearias, pequenos supermercados ou à porta dos restaurantes. Há ainda uma exceção prevista dentro do próprio concelho para a área da cultura (ver caixa ao lado).

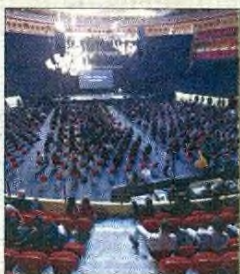
O mapa apresentado pelo Governo no sábado – e que pode ser consultado online, com as restrições por cada concelho – mostra que os municípios de maior risco estão localizados sobretudo no Norte, Centro e Área Metropolitana de Lisboa. ●



DIFERENÇA | COMPULSIVO
APESAR DO DECRETO
PRESIDENCIAL PREVER O
CONFINAMENTO COMPULSIVO,
O DOCUMENTO DO GOVERNO
NÃO FAZ QUALQUER
REFERÊNCIA A ESSE CENÁRIO.

Furar recolhimento para ver espetáculo

O decreto-lei publicado ontem prevê como exceção a saída de casa após as 13h00 nos fins de semana e feriados, dentro dos concelhos de maior risco, para "acesso a eventos e equipamentos culturais".



Cultura sofre com restrições

Salas da cultura poderão vir a abrir

O CM contactou o Ministério da Cultura para apurar se, perante esta exceção, museus e salas de espetáculo estariam abertas no período de recolhimento, não obtendo qualquer resposta até ao fecho.

Mais inspeções para ter trabalho em casa

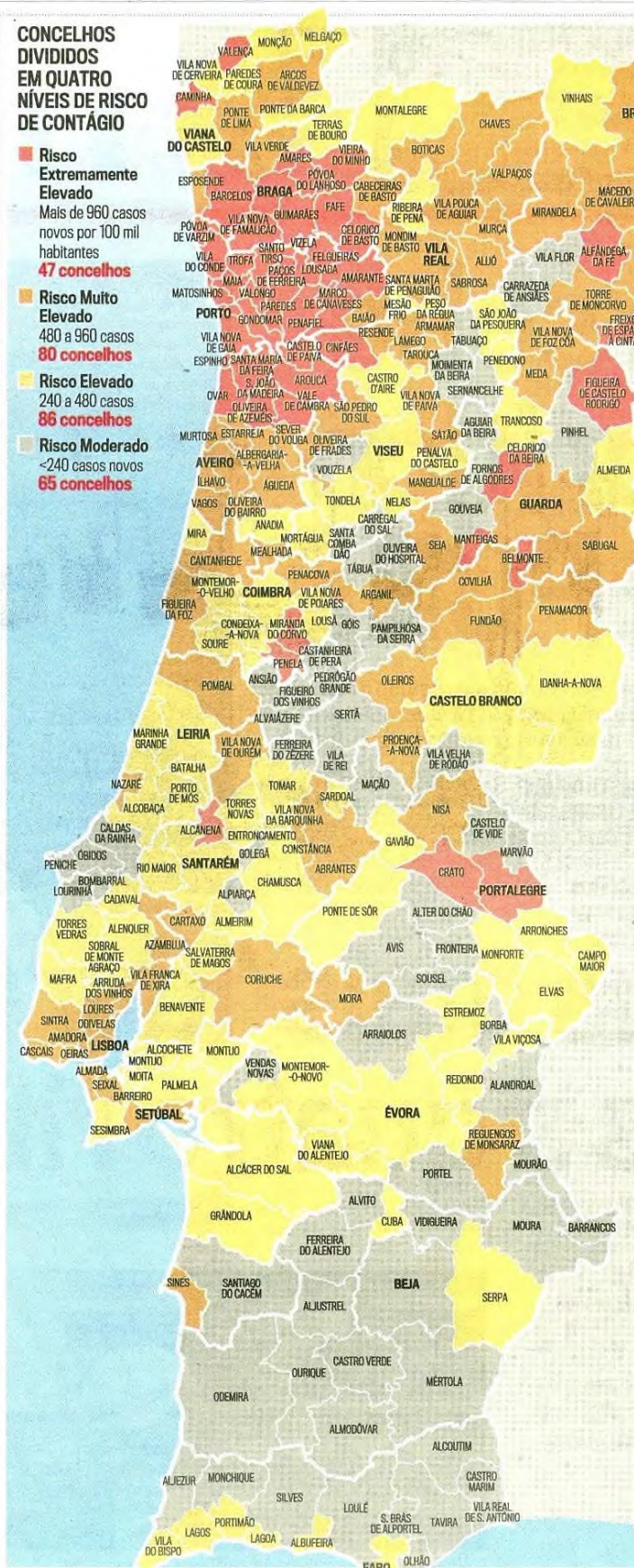
O Governo reforçará a inspeção ao teletrabalho, que é obrigatório nos concelhos de maior risco. "Há muitas mais pessoas a deslocar-se do que aquelas que devia", explicou Costa. O Ministério do Trabalho não respondeu ao CM sobre os contornos da operação.



Sector dos serviços será maior alvo

CONCELHOS DIVIDIDOS EM QUATRO NÍVEIS DE RISCO DE CONTÁGIO

- **Risco Extremamente Elevado**
Mais de 960 casos novos por 100 mil habitantes
47 concelhos
- **Risco Muito Elevado**
480 a 960 casos
80 concelhos
- **Risco Elevado**
240 a 480 casos
86 concelhos
- **Risco Moderado**
<240 casos novos
65 concelhos



RESTRICÇÕES E PERMISSÕES TODO O PAÍS

Não pode circular entre concelhos a partir das 23h00 de 27 de novembro e até às 05h00 de 2 de dezembro. A restrição volta a aplicar-se, nos mesmos moldes, entre 4 e 9 de dezembro.

Haverá tolerância de ponto para os trabalhadores públicos nas vésperas de feriado (30 de novembro e 7 de dezembro). Escolas e universidades fechadas e sem aulas.

Obrigatório o uso de máscara dentro de lojas e serviços públicos. Também obrigatória na rua e no trabalho, se não for possível manter distâncias de segurança.

Proibidos ajuntamentos com seis ou mais pessoas, exceto se viverem na mesma casa.

CONCELHOS DE RISCO MUITO ELEVADO E EXTREMAMENTE ELEVADO

Recolher obrigatório das 23h00 às 05h00 nos dias de semana. Pode sair de casa neste período para trabalhar, por questões de saúde ou apoio à família.

Recolher obrigatório das 13h00 às 05h00 aos fins de semana e feriados. Neste período, pode sair para ir a mercearias ou supermercados com uma área até 200 metros quadrados e com acesso direto pela rua. Pode também sair para levantar comida num restaurante, no regime de takeaway, ou para assistir a um evento cultural.

Deve procurar manter-se em casa nos restantes horários, saindo à rua para tratar de questões importantes.

Nos dias úteis, as lojas fecham até às 22h00. Já os restaurantes e equipamentos culturais podem manter-se abertos até às 22h30.

Nas vésperas de feriado, a 30 de novembro e 7 de dezembro, o comércio deverá fechar às 15h00. Mantém-se abertos mercearias e supermercados até 200 metros e entrada pela rua, bem como restaurantes apenas para entrega em casa ou no regime de takeaway, não sendo, neste caso, permitido o acesso ao interior da loja.

Teletrabalho será fiscalizado, para garantir que não há mais pessoas nas empresas do que o estritamente necessário.

CONCELHOS DE RISCO ELEVADO

Recolher obrigatório das 23h00 às 05h00 todos os dias. Apenas pode sair de casa neste período para trabalhar, por questões de saúde ou apoio à família.

Deve procurar manter-se em casa nos restantes horários, saindo à rua para tratar de questões importantes.

Comércio fecha até às 22h00. Restaurantes e espaços culturais encerram até às 22h30.

CONCELHOS DE RISCO MODERADO

Não há recolher obrigatório à noite, fins de semana ou feriados, embora seja aconselhável a permanência em casa.

Comércio tem de fechar entre as 20 e as 23 horas. Os restaurantes podem ter clientes no interior até à 01h00 mas fecham portas à meia-noite.

CASO BPN

PROCESSO COM VIEIRA

ARRASTA-SE

HÁ 11 ANOS

P.48

www.cmjornal.pt

CORREIO

da manhã

DIRETOR-GERAL EDITORIAL: OCTÁVIO RIBEIRO
DIR.-GERAIS EDIT. ADJS. ARMANDO ESTEVES PEREIRA E ALFREDO LEITE
DIRETOR-EXECUTIVO: CARLOS RODRIGUES DIR.-ADJUNTOS: JOSÉ CARLOS CASTRO E PAULO JOÃO SANTOS

ACIONISTA DA MEDIA CAPITAL

FORTUNA

PARA MULHER

ANTES

DO DIVÓRCIO

P.14

ESPECIAL DE 10 PÁGINAS: TUDO SOBRE A PANDEMIA

P.4 A 13

CONSUMO DE ANTIDEPRESSIVOS DISPARA

EMERGÊNCIA PERMITE TAKEAWAY DE RESTAURANTES

CONSUMIDORES PODEM IR BUSCAR COMIDA DURANTE RECOLHER OBRIGATÓRIO

SETE MILHÕES DE PORTUGUESES FECHADOS EM CASA AOS FINS DE SEMANA E FERIADOS

DIREITA CRÍTICA REALIZAÇÃO DO CONGRESSO DO PCP

ESPECTÁCULOS CULTURAIS ESCAPAM AO CONFINAMENTO

EM 2020

MAIS 1649 PROFESSORES PASSAM À REFORMA

EM 8 ANOS SAÍRAM 15 MIL DO ATIVO E ENTRARAM 12 MIL NOS QUADROS

CORRIDA À APOSENTAÇÃO DE DOCENTES

SEGURANÇA SOCIAL paga a mais 19 mil pensionistas até final de outubro
P.22 E 26

BENFICA P.32

JORGE JESUS ARRASA
JOGADORES SEM ESTOFO



SPORTING P.31

POTE LESIONADO FALHA
JOGO COM SACAVERNENSE

VITÓRIA COROA
DOMÍNIO ABSOLUTO
NO GP DE PORTUGAL
P.24 E 25

CAMPEÃO

MIGUEL OLIVEIRA
FAZ HISTÓRIA
NO ALGARVE



COLEÇÃO
CRIME E CASTIGO

CORREIO



SÁBADO,
DIA 28

1,99€
+ JORNAL

James Arthur Ray
Da promessa de Luz às Trevas

ALBUFEIRA P.21
CONDENADA
A PENHA DE PRISÃO
POR TORTURAR
RIVAL COM
TESOURA



Vítima
tinha 18 anos

VIDAS P.41 A 45

NORA DE SALGADO
EM EMBAIXADA

Filha de Miguel Sousa Tavares
é adida cultural no Canadá

MIRA E AMARANTE P.19

Dois mortos em
acidentes com motos

OEIRAS P.16 E 17

Ministério Público acusa
filho de matar a mãe

SONDAGEM P.27

Presidente Marcelo
longe do recorde
de Mário Soares

A PRECISÃO DO CORTE
EM CADA PRATO.

CONJUNTO DE FASCAS ESTILO ARTESANAL

Faca de Legumes 13 cm



1ª Entrega

6ª feira, dia 27

Preço de lançamento

3,95€ + jornal

RUI PEREIRA | **OUVIR A CIÊNCIA E MÉDICOS**

Ressalvando que todas as novas medidas anunciadas pelo Governo no combate à pandemia de Covid-19 são constitucionais no âmbito do atual estado de emergência, Rui Pereira, ex-ministro das Administração Interna, salienta ser "importante que o poder político ouça a ciência e os médicos". "Se isso está a acontecer, não é claro."





EDITORIAL

*O vírus
de sábado
à tarde***José Cabrita
Saraiva**

Na mitologia, na literatura, no folclore e na cultura popular há fenómenos estranhos que se passam a certas horas do dia – ou, mais habitualmente, da noite.

São as sombras da escuridão, depois de o sol se pôr, que despertam no vampiro – inspirado no moreço, que dorme durante o dia – os seus instintos sanguinários. É nas noites de lua cheia que o lobisomem ataca as mulheres. E é ainda a coberto da noite que o respeitável Dr. Jekyll se transforma no abominável e grotesco Mr. Hyde.

Para dar uma nota menos sombria, é também nos sábados à noite que Tony Manero, o simples empregado de uma loja de tintas interpretado por John Travolta n'**A Febre de Sábado à Noite**, veste as suas melhores roupas e se revela um ás das pistas de dança.

Não sei se o temível coronavírus, do qual se disse ter vindo dos morcegos, também sofre este tipo de mutações em função da hora do dia ou da noite. Será que ataca com maior ferocidade aos sábados e domingos à tarde, como parecem indiciar as restrições impostas pelo Governo?

Não sou o primeiro nem serei o último a dizê-lo, e qualquer um pode constatar isso: a proibição de circulação e o encerramento do comércio e restauração aos sábados e domingos à tarde estão a promover grandes concentrações da parte da manhã nos cafés, nos supermercados e nas cadeias de fast-food, só para dar alguns exemplos. É completamente contraditório com a dispersão e o afastamento apregoados pelos responsáveis políticos e pelas autoridades da saúde. Bem vistas as coisas, seria como dispormos de um espaço de 100 metros quadrados, mas preferirmos dividi-lo, meter as mesmas pessoas só em 30 e deixar vazios os outros 70.

Muita gente indignou-se com a Jerónimo Martins por o Pingo Doce querer abrir portas às 6h30 da manhã, vendo nisso uma atitude oportunista. Mas devíamos era dirigir a indignação ao Governo, que com as restrições de sábado e domingo à tarde está a prestar um mau serviço aos portugueses.

Julgo que, se estudassem as variações do vírus ao longo do dia, os cientistas perceberiam que não se torna mais perigoso nas tardes dos fins-de-semana. Mas talvez chegassem à conclusão surpreendente de que ele infeta mais pessoas aos sábados e domingos de manhã, quando toda a gente aproveita os últimos cartuchos para espalhar um pouco ou fazer as compras antes de recolher a penates.



Eugénio Rosa diz que é urgente reforçar o orçamento do SNS para garantir o funcionamento da economia

BRUNO GONÇALVES

SNS. “É necessário investir muito mais” diz economista

Eugénio Rosa afirma que com a eliminação das taxas moderadoras nos centros de saúde, as receitas vão cair de 112 para 76 milhões de euros.

DANIELA SOARES FERREIRA
daniela.ferreira@ionline.pt

“A economia não pode nem fechar nem parar. Sem ela o país e a vidas dos portugueses estarão condenados ao retrocesso e à pobreza. É urgente defender a saúde dos portugueses também para que a economia possa funcionar”. O alerta é de Eugénio Rosa e diz que, para que isso aconteça “é necessário investir muito mais no SNS, e apesar de o Governo afirmar que está a disponibilizar ao SNS os meios que este necessita para cumprir tal tarefa, isso não corresponde à verdade”.

Para justificar esta afirmação, o economista recorre a dados do Ministério da Saúde e garante que as transferências do Orçamento do Estado para o SNS são “sempre muito inferiores à sua despesa total, mesmo em 2020 e em 2021”. Esta situação causa “o

subfinanciamento crónico que destrói e incapacita o SNS”.

E avança com números: “Mesmo em 2021, as transferências do Orçamento do Estado para o SNS serão inferiores a despesa total prevista em 1089 milhões de euros. Se somarmos os saldos negativos dos 11 anos constantes obteremos o impressionante montante de -12 467 milhões de euros. Entre 2020 e 2021, as transferências do OE para o SNS aumentarão apenas 134 milhões de euros (+1,3%) e não 467,8 milhões de euros como o Governo refere na sua propaganda”, acusa. Os valores, segundo o mesmo, “mostram de uma forma clara, a política de estrangulamento financeiro a que os sucessivos governos têm sujeito e continuam a sujeitar o SNS”, defende.

Com base em dados do Ministério da Saúde, Eugénio Rosa diz que “o financiamento do SNS pelo Orçamento do Estado tem repre-

sentado apenas entre 86,1% e 92,1% da despesa total do SNS”.

O economista diz ainda que para colmatar a “enorme dívida” acumulada o Governo faz de tempos a tempos transferências extraordinárias ou permite a utilização dos capitais próprios para outros fins. “Mas desta forma o SNS é estrangulado no seu funcionamento diário, impedindo qualquer gestão racional, eficiente e responsável”, alerta.

“ENDIVIDAMENTO ENORME” O economista aponta também para o “endividamento enorme do SNS para suprir a insuficiência das transferências do OE”. Analisando a conta do SNS referente a 2019 e 2020 (esta ainda com estimativas), “concluímos que o subfinanciamento por parte do Orçamento do Estado, ou seja, o “buraco” tem sido coberto por receitas de jogos sociais (122 milhões de euros em 2019 e

115 milhões de euros em 2020), por receitas das taxas moderadoras pagas pelos portugueses (170 milhões de euros em 2019 e 112 milhões de euros em 2020) e fundamentalmente através do endividamento crónico e enorme do SNS aos fornecedores”. Eugénio Rosa não tem dúvidas que, no próximo ano, com eliminação das taxas moderadoras nos centros de saúde a situação vai piorar: entre 2020 e 2021, a receita das taxas moderadoras diminuirá de 112 milhões de euros para 76 milhões de euros, garante.

E vai mais longe: “O SNS é uma fonte enorme de negócio e de lucro para o setor privado”. Isto porque, segundo a “Conta do Serviço Nacional de Saúde”, divulgada pelo Ministério da Saúde, em 2020, e o mesmo acontecerá em 2021, 56,7% do orçamento do SNS (6412 milhões em 2021) “é utilizado para aquisição de bens e serviços a empresas privadas (na ADSE são 550 milhões de euros para privados sendo criticada por isso)”. “A parcela destinada aos profissionais de saúde – 42,6% do total da despesa corrente – é muito menor (4841 milhões de euros em 2021)”, acrescentando ainda que “o investimento no SNS em equipamentos e outros bens de capital tem sido mínimo, mesmo ridículo”. E apresenta números: em 2019, representou “apenas” 1,46% da despesa total; em 2020, 2,2% de despesa, e, em 2021, apenas 2,5% da despesa total do SNS.



1,50 € // Segunda-feira, 23 novembro 2020 // Ano 11 // Diário // Número 3345 // Diretor: Mário Ramires // Dir. exec.: Vítor Rainho // Dir. exec. adjunto: José Cabrita Saraiva // Subdir. exec.: Maria F. Reis // Dir. de arte: Francisco Alves

N

PCP acusado de “arrogância” e “falta de vergonha”

INEVITÁVEL

Comunistas levam avante a intenção de realizar o congresso

“Trump manteve convenção em período de eleições e é um negacionista irresponsável, o PC faz isso fora do período de eleições e está a proteger os valores de Abril”, acusa Poiães Maduro

Governo diz que, mesmo que quisesse, nada podia fazer para impedir

// PÁG. 6

ESTADO DE EMERGÊNCIA. CIP CONSIDERA QUE NOVAS MEDIDAS SÃO “INCOERENTES”

Governo defende “máxima eficácia, perturbação mínima”, mas empresas não concordam // PÁGS. 2-3

A morte lenta dos tuk-tuks

Bela não dá boleia a um cliente há mais de duas semanas // PÁGS. 12-15

Miguel Oliveira.

Rei de Portugal e do Algarve

“Quase 25 voltas sem respirar” em Portimão. Piloto fecha MotoGP com chave de ouro // PÁGS. 26-27

Black Friday. Saiba como não correr riscos na louca corrida às compras

// PÁGS. 18-19

“É necessário investir muito mais”, defende Eugénio Rosa sobre o OE

// PÁG. 8

Violência doméstica. Vizinhos têm um papel essencial na denúncia

// PÁGS. 16-17

Daniel Serra: “O Governo tem tido uma estratégia firme de afastar os clientes dos restaurantes. E tem resultado: os restaurantes estão praticamente vazios”

// PÁGS. 2-3



23-11-2020

Meio: Imprensa

País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

Pág: 8

Cores: Cor

Área: 4,77 x 7,21 cm²

Corte: 1 de 1



Menos empresas e trabalhadores em *layoff*

PORTUGAL O número de empresas em *layoff* tradicional registou uma ligeira queda no mês de outubro face a setembro, de 254 para 235. A quebra, segundo as estatísticas mensais da Segurança Social, foi também registada no número de trabalhadores que passou de 8501 para 8445. No entanto, os dados mostram um aumento do número de trabalhadores com suspensão de contrato de trabalho de 4908 para 5562 em outubro.

Coligações negativas pesam mais de 20 milhões

Governo culpa o PSD, que permitiu a viabilização de várias propostas, agravando as contas. Finanças admitem que pior ainda pode estar para vir



ANTONIO PEDRO SANTOS/LUSA

Ministério de João Leão lança várias farpas ao PSD por aprovar medidas que aumentam despesa

Paulo Ribeiro Pinto
paulo.pinto@dinheirovivo.pt

ORÇAMENTO As propostas dos partidos da Oposição viabilizadas através das chamadas “coligações negativas” já agravaram as contas em mais de 20 milhões de euros, adiantou fonte das Finanças ao JN/Dinheiro Vivo. Os cálculos são do gabinete de João Leão que contabilizou a despesa inerente às 21 propostas de alteração” aprovadas no primeiro dia do debate e votação na especialidade do Orçamento do Estado para 2021 (OE2021), na passada sexta-feira. Falta ainda discutir medidas de grande peso orçamental.

As Finanças fazem questão de sublinhar que estas iniciativas só foram viabilizadas com a ajuda da bancada social-democrata, referindo que das “propostas de alteração que o PSD fez aprovar através de coligações negativas, 14 agravam as contas públicas”.

No conjunto, “as 21 pro-

postas de alteração aprovadas têm um impacto preliminar negativo superior a 20 milhões de euros”, indicou o gabinete de João Leão, que não detalha o valor para cada uma delas.

Em causa estão propostas do PSD (incluindo dos deputados eleitos pelo círculo da Madeira), do PCP, PAN e CDS, mas não é feito o des-

critivo de quanto custa cada medida em concreto.

O Ministério das Finanças avisa que, tendo em conta as propostas que ainda vão ser votadas, o rombo pode fazer massa.

MIL MILHÕES PARA EX-SCUT

“Nos próximos dias, são votadas normas com maior peso. Entre elas a redução de

portagens nas ex-scut, que têm um impacto muito elevado na despesa”, sublinha a mesma fonte, alertando para a compensação que o Estado terá de pagar às concessionárias “pela perda anual de até cem milhões de euros” é de de um “valor superior a mil milhões de euros do período de vida de concessão”. E nem o “aumento de tráfego nestas autoestradas” compensaria a perda de receita.

Deixa mais uma farpa ao maior partido da Oposição. “Este comportamento do PSD está em forte contradição com o discurso do líder”, indicando que “Rui Rio afirmou que este Orçamento já dava tudo a todos e o que tem e o que não tem, e que era um Orçamento irresponsável que não cuidava do futuro. Disse que ele, pelo contrário, iria ser responsável na votação na especialidade e ter em conta os interesses do país”, indica a mesma fonte, esperando que “o PSD mostre maior sentido de responsabilidade”. ●

MEDIDAS

Travar cativações

A proposta do PSD para impedir cativações das receitas próprias das entidades reguladoras foi aprovada apenas com votos contra do PS. O mesmo aconteceu com as verbas para os deficientes das Forças Armadas que não podem ser cativadas.

Autarquias

Ainda do PSD, foi aprovada com os votos contra do PS o aumento do valor para 5,6 milhões de euros do Fundo de Emergência Municipal.

Taxas aeroportuárias

Aprovadas duas propostas de alteração: uma do PCP e outra dos deputados eleitos pelo círculo da Madeira para a redução das taxas aeroportuárias no arquipélago.

Ex-militares

Apenas com votos contra do PS, foi aprovada a proposta do CDS para a contagem da avaliação obtida pelos ex-militares, nos anos em que desempenharam funções nas Forças Armadas, após ingresso na Administração Pública.



LEONEL DE CASTRO/GLOBAL IMAGENS

Medidas destinam-se a micro e pequenas empresas e trabalhadores independentes

Pagamentos à Segurança Social adiados para julho de 2021

IVA trimestral pode ser fracionado até 1/6
ou 1 /3, dependendo do calendário escolhido

Paulo Ribeiro Pinto
paulo.pinto@dinheirovivo.pt

APOIOS As empresas e os trabalhadores independentes podem adiar o pagamento das contribuições para a Segurança Social para o segundo semestre do próximo ano e pagar em três ou seis meses, sem juros.

A medida foi anunciada pelo primeiro-ministro no sábado na conferência de Imprensa de apresentação das medidas para o novo estado de emergência. Pouco depois, o gabinete da ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS) publicou uma nota na rede social Twitter a dar alguns detalhes.

A medida aplica-se apenas às micro, pequenas e médias empresas (MPME) e independentes para os pagamentos devidos nos meses de novembro e dezembro deste ano. O pagamento será feito a partir de julho do próximo ano em três ou seis prestações, sem juros.

“As empresas MPME e os trabalhadores independentes podem adiar o pagamento da contribuição à Segurança Social a seu cargo dos meses de novembro e dezem-

bro de 2020 até ao segundo semestre de 2021”, lê-se na publicação.

O MTSSS indica ainda que não precisam de fazer qualquer requerimento para beneficiarem deste diferimento, bastando que em fevereiro do próximo ano indiquem “qual dos prazos de pagamento pretendem adotar”: se os três ou os seis meses.

IVA EM PRESTAÇÕES SEM JUROS

O primeiro-ministro anunciou também o adiamento do IVA trimestral até ao dia 30 deste mês e o pagamento em três ou seis prestações, sem juros. Ao JN/Dinheiro Vivo, o Ministério das Finanças indicou que a aplicação desta medida será semelhante ao que aconteceu no início da pandemia com a flexibilização dos prazos para o pagamento do IVA.

Assim, o valor do imposto pode ser fracionado até 1/6 se o contribuinte optar pelo pagamento a seis meses ou de 1/3 se o fizer a três meses.

Foi também anunciado o acesso imediato ao apoio à retoma progressiva, mas não foi possível obter mais informação junto do gabinete da ministra do Trabalho. ●

MEDIDAS

Rendas comerciais

Esta medida de apoio ao comércio vai ser anunciada esta semana pelo ministro da Economia, Pedro Siza Vieira, indicou o primeiro-ministro. Trata-se de “um apoio suplementar a todos os setores, em particular à restauração e ao comércio a retalho”, apontou António Costa.

Restaurantes

O apoio excecional aos restaurantes obrigados a encerrar aos fins de semana a partir das 13 horas mantém-se. Equivale a 20% da quebra média de faturação registada nesses sábados e domingos face à média de todos os fins de semana deste ano.

750 milhões de euros

É o valor a fundo perdido do programa Ativar.pt, disponível para todas as micro e pequenas empresas com uma queda de faturação superior a 25% nos primeiros nove meses do ano, nos setores mais afetados pelas restrições.

Linhas de crédito

Também foi criada uma linha de crédito de 50 milhões de euros para empresas que prestam serviços de apoio a eventos culturais e uma outra para a indústria exportadora de 750 milhões.

Governo aplica mais 400 milhões a tornar edifícios sustentáveis

Fundo ambiental para edifícios mais sustentáveis

Distribuição das candidaturas



Distribuição por tipologia



INFOGRAFIA JN

Programa do Fundo Ambiental distribuiu, em dois meses, 60% de 1,75 milhões de euros disponíveis até ao fim do ano

Hermana Cruz
hermana.cruz@jn.pt

HABITAÇÃO Em dois meses, já foram aprovadas 521 candidaturas ao Fundo Ambiental que apoia a instalação, por exemplo, de janelas eficientes, caldeiras ou painéis solares em habitações anteriores a 2006. Contas feitas, já foram executados 60% dos 1,75 milhões de euros disponíveis até ao final do ano. O êxito da iniciativa levou o Governo a alocar, numa segunda fase, mais 400 milhões de euros do Plano de Resiliência para este fim.

Até agora, os proprietários de habitações anteriores a

2006 que queiram reduzir a fatura energética têm que concretizar a intervenção e só depois podem solicitar 70% do capital investido. Com o Plano de Resiliência, uma fatia dos 400 milhões de euros afetos aos "Edifícios sustentáveis" vai ser paga por antecipação, através de vouchers.

ATÉ 7500 EUROS

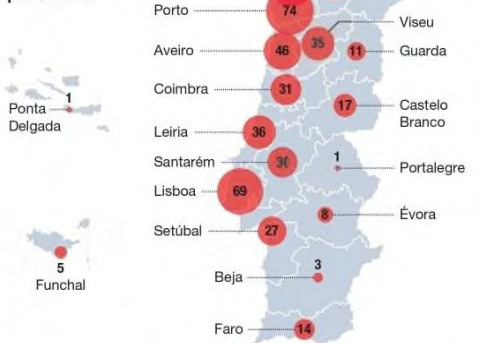
"O objetivo é combater a pobreza energética", vinca o ministro do Ambiente e da Transição Energética, João Pedro Matos Fernandes, ao JN. Ou seja, ajudar as famílias mais desfavorecidas a também terem acesso a uma iniciativa que visa reduzir a fatura energética e contribuir para a diminuição de gases de efeito estufa em 35% até 2030. Cada proprietário poderá pedir um máximo de 7500 euros. Os donos de escritórios também poderão concorrer. Mas já não terão direito a apoios por antecipação.

A iniciativa "Edifícios sus-

Pagamentos



Distribuição de candidaturas por distrito



tenáveis", que se insere no Programa de Estabilização Económica e Social (PEES), aprovado por uma Resolução de Conselho de Ministros de 6 e junho, dispõe de um bolo de 1,750 milhões de euros para distribuir até ao final do ano e de 2,750 milhões para disponibilizar até ao fim de 2021, num total de 4,5 milhões.

As candidaturas arrancaram a 7 de setembro. E, desde então, já foram submetidos 2961 pedidos de apoio. Desses, 521 (17,5%) foram aprovados e pagos, num total de 1 013 887 euros, o que corresponde a 59,6% das verbas disponíveis até ao final do ano.

"É uma grande adesão e uma grande capacidade de resposta por parte da Administração", considera Matos Fernandes, salientando o facto de os processos estarem a ser analisados e pagos no prazo de seis semanas.

Das 2961 candidaturas submetidas ao Fundo Ambiental, 488 referem-se à

instalação de painéis fotovoltaicos para autoconsumo. Seguem-se sistemas de aquecimento (369) e janelas eficientes (195), segundo dados disponibilizados pelo Ministério do Ambiente, que hoje faz um balanço da iniciativa.

PEDIDOS DE TODO O PAÍS

A maior parte dos processos são oriundos dos distritos de Braga, Lisboa, Porto e Aveiro [ver infografia]. "Surtem de todo o país", destaca o ministro Matos Fernandes, considerando que a metodologia dos "Edifícios sustentáveis" é "a certa". Por isso, será mantida no Plano de Resiliência, após esgotado o bolo total de 4,5 milhões de euros.

Além das 521 candidaturas aprovadas, 249 encontram-se na fase de pedidos de esclarecimento e 1004 estão a ser analisadas. Há, ainda, 1277 pedidos em preenchimento. Após análise, os serviços excluíram 234 processos. ●



70% do custo

São seis os tipos de intervenções em habitações, anteriores a 2006, que podem receber apoios do Estado, desde painéis solares, aquecimento de águas, janelas eficientes e isolamento térmico. Todas podem receber uma ajuda de 70% do custo total da empreitada.

Janelas

As janelas eficientes têm que ser, pelo menos, de classe A+. No total, para este equipamento, o Fundo Ambiental não dá mais do que 1500 euros.

Energia solar

Já para instalação de painéis fotovoltaicos, o Estado dá um máximo de 2500 euros. O mesmo valor para um sistema solar térmico. Já para as caldeiras elétricas são 1500 euros.

APOIO

1946

euros. Este foi o valor médio pago a cada uma das 521 candidaturas aprovadas, desde setembro, na primeira fase da iniciativa "Edifícios sustentáveis", que termina no final de 2021.

SABER MAIS

Biomateriais é aposta

As instalações que promovam a incorporação de biomateriais ou materiais reciclados é a grande aposta do ministro Matos Fernandes para o próximo ano e meio. Nos primeiros dois meses do "Edifícios sustentáveis", apenas foram aprovadas seis candidaturas para uso deste tipo de material, como cortiça, nos isolamentos térmicos. O apoio máximo é de três mil euros.

Coberturas verdes

"Também é possível fazer coberturas verdes", destaca o ministro, referindo-se, por exemplo, à instalação de pequenos jardins nas coberturas dos imóveis.

JN

Jornal de Notícias



MOTOGP OLIVEIRA REI DOS ALGARVES

Comandou da primeira à última volta e encerra época com a concretização de um sonho P. 40 e 41

Benfica Pedro Pinto deixa TVI e vai liderar Comunicação das águias

P. 44



Nova polícia europeia recruta 40 agentes nas forças portuguesas

Guarda de Fronteiras e Costeira começa a operar já no início do próximo ano

Elementos da PSP, GNR, SEF e PJ vão combater tráfico humano e de droga P. 16 e 17

Habitação Governo avança mais 400 milhões para tornar edifícios sustentáveis

Objetivo é reduzir a fatura energética das famílias P. 10

Regionalização CCDR passam a gerir Educação e Cultura P. 12

Porto Câmara renova Praça da República e Lapa P. 20 e 21

Refugiados Integração e pleno emprego no Fundão P. 24 e 25

PUBLICIDADE

PEDRO CORREIA/GETALY IMAGES



AS VÁRIAS FAÇES DA EMERGÊNCIA

Reportagem nos concelhos de Caminha, Leiria e Beja P. 4 a 8

Privados
Tolerância de ponto não está garantida

Pontes
Creches e pré-escolar também fecham

Takeaway
Clientes podem levantar refeições

Precisa de **dinheiro?**

Conheça a venda com opção de compra! Pode vender o seu **ouro** e voltar a comprá-lo, pagando-o de 24 suaves prestações.

VOC24
Venda com Opção de Compra

Valores
Impedimentos em OURO

808 256 737
WWW.VALORES.PT

PUBLICIDADE

EUROMILHÕES
A lotar esbofetidas de um dia para o outro

ESTA TERÇA-FEIRA

143 MILHÕES

JOGOS SANTIACA
#Ganhamostodos

19



S. João da Madeira quer reabilitar 870 habitações

Autarquia espera beneficiar 1738 pessoas atualmente sem casa digna no concelho

Catarina Silva
locais@jn.pt

CANDIDATURA A Câmara de S. João da Madeira prevê reabilitar 870 habitações até 2025 e estima em 14,9 milhões de euros o investimento que vai permitir que 1738 pessoas tenham acesso a uma casa digna. A Autarquia vai candidatar-se ao programa de financiamento do Governo 1.º Direito, que se destina a reabilitar fogos em condições de insegurança e indignas, para dar resposta habitacional a casos sociais.

Numa cidade de apenas oito quilómetros quadrados, um diagnóstico feito por uma equipa externa, apresentado há um ano, concluiu que há quase 900 casas devolutas, ao mesmo tempo que a Câmara tem 365 pedidos para habitação social em lista de espera. A Autarquia preparou, em 2019, uma Estratégia Local de Habitação que visa eliminar situações de pessoas que vivem sem condições de habitabilidade e aumentar a oferta de habitação. Uma parte dessa estratégia vai candidatar, agora, a financiamento.

Até 2025, está previsto reabilitar 870 fogos. Para isso, a Câmara prevê a aquisição dos três prédios devolutos e praticamente desabitados da PSP e GNR, entidades com as quais tem es-

tado em negociações. Também está prevista a aquisição do terreno do Bairro dos Pobres, na Devesa Velha, onde vive uma comunidade de 11 famílias ciganas, para aí ser construído um novo edifício para alojar esses agregados.

PARTICULARES INCLUÍDOS

O plano contempla ainda a intervenção em 275 habitações municipais, incluindo 11 fogos devolutos, e pretende destinar 20 apartamentos para arrendamento. Os proprietários de edifícios privados devolutos também foram incluídos e poderão candidatar-se a financiamento. Há 516 fogos privados devolutos identificados.

“Fizemos o levantamento de imóveis em condições indignas e mobilizámos particulares para se juntarem à estratégia. Para poderem também candidatar-se a financiamento têm que estar identificados na estratégia”, explica o autarca Jorge Sequeira.

A Oposição (PSD/CDS), que aprovou a proposta do Executivo socialista, lamenta a falta de aposta no arrendamento para incentivar a fixação de jovens. Mas o presidente explica que o 1.º Direito se destina a habitação social, ainda assim, garante, o Município está a estudar instrumentos de arrendamento acessível. ●



ANDRÉ GOUVEIA / GLOBALIMAGENS

Câmara prevê a aquisição de três prédios da PSP e GNR

Despesa do SNS atinge máximo histórico de 9111 milhões de euros

CONTAS Até outubro, a despesa acumulada do Serviço Nacional de Saúde (SNS) cresceu 5,8%, o que representa mais 502,8 milhões de euros, atingindo 9111,5 milhões de euros. Segundo o Ministério das Finanças, a despesa acumulada atingiu “máximos históricos). A mesma fonte adianta que “a despesa mensal de outubro cresceu a uma taxa extraordinária de 9% em termos homólogos”. A despesa explica-se pela contratação de profissionais de saúde (mais 212,3 milhões) e a aquisição de bens e serviços (mais 135,7 milhões).



PCP inflexível e bispos responsáveis



POR

**Fernando Calado
Rodrigues**

Padre

Se a Igreja Católica embarcasse na mesma argumentação que tem sido utilizada para justificar o Congresso do PCP, então o Estado não poderia impedir o culto e que, por exemplo, se celebre a Missa do Galo. Nem mesmo se se vier a verificar uma situação de confinamento geral da população. Felizmente, a Igreja não o tem feito.

Ainda no sábado passado o primeiro-ministro, António Costa, se escudou na Lei n.º 44, de 1986, que regulamenta o estado de emergência, para rebater as questões incómodas dos jornalistas sobre a reu-

nião que os comunistas teimam em não adiar. Nessa mesma lei, e no mesmo número em que se salvaguarda a atividade política, também se protege a liberdade religiosa.

A Lei da Liberdade Religiosa, de 2001, logo no seu 1.º artigo, refere que a “liberdade de consciência, de religião e de culto é inviolável”, em consonância com o artigo 41.º da Constituição da República. Assim, em termos legais, se o PCP não pode ser impedido de realizar o seu Congresso, também a Igreja Católica, ou qualquer outra confissão religiosa, não pode legalmente ser proibida de celebrar o culto. Até pode ser considerado inconstitucional o decreto do Governo de 20 de março passado, que regulamentou o primeiro estado de emergência decretado pelo presidente da República: o seu artigo 17.º proibia os “eventos de cariz religioso e culto”.

Na altura – ainda que não reconhecessem ao Governo poderes para decretar a proibição de atos de culto – os bispos pouco contestaram o artigo, pois, dias antes, já tinham suspenso o culto. Fizeram-no conscientes de que só se podem reivindicar direitos se não nos esqueçermos de cumprir os deveres. E o dever de preservar a saúde dos fiéis falou mais alto que o direito à liberdade religiosa. Parafraseando o cardeal António Marto, a Igreja Católica em Portugal não quis ficar na história como responsável por disseminar a pandemia.

Neste Natal, se os católicos não puderem ir à Missa do Galo, não será por imposição do Governo, que não tem legitimidade para o decretar! Será para respeitar as orientações do seu bispo, que o poderá determinar para combater a pandemia da covid-19.

PRAÇA DA
LIBERDADE

PCB
Ricardo Rio
Presidente da Câmara
de Braga

No início de abril, o jornal "ABC" divulgava os resultados de um conjunto de sondagens realizadas em diversos estados da União Europeia, assegurando que o primeiro-ministro português era aquele que reunia maior confiança dos seus cidadãos na forma como estava a gerir a pandemia.

António Costa contava com o reconhecimento de 75% dos portugueses, Angela Merkel com 63% dos alemães, Boris Johnson com 55% dos britânicos e, entre outros, Pedro Sánchez com 28% dos espanhóis.

Há uns dias, um jornal nacional chamava a manchete a ideia de que "metade dos portugueses não considera adequadas as medidas do Governo".

Um resultado que não terá surpreendido o próprio primeiro-ministro que, há pouco mais de 15 dias, ao apresentar as medidas do estado de emergência, desabafava que "o esforço de equilíbrio do

Gerir a informação

Governo gerou equívocos" assumindo que "a culpa é toda minha. O mensageiro transmitiu mal a mensagem".

Com quase 9 meses de pandemia ativa no nosso país, é difícil não compreender as reservas que cada vez mais cidadãos colocam à forma como o processo vem sendo gerido pelas autoridades públicas, levando, nos casos mais extremos, à contestação de decisões tão difíceis quanto necessárias.

Há, à cabeça, uma inequívoca falta de transparência. A insufi-

ciência e inconsistência dos dados tornados públicos ao longo de todo este período, fazem-nos resvalar para uma recriação do famigerado ministro da Informação iraquiano, Mohammad Said al-Sahaf, durante a Guerra do Golfo. Com a curiosidade, aqui, de que os mensageiros ora clamam vitória, ora apregoam o caos como forma de disciplinar a conduta de terceiros.

Nesse quadro, a impossibilidade de se poder desenvolver investigação rigorosa, o deficiente aces-

so a dados tão simples quanto o número de testes realizados, o número acumulado de infetados e a sua caracterização por território, ou as capacidades disponíveis das unidades de saúde nas diferentes localizações geográficas, são por si obstáculos à prossecução de políticas mais ativas de prevenção e resposta ao vírus.

A partir daqui, os critérios que sustentam a aplicação de medidas e os resultados que se esperam atingir são deficientemente explicados. A existência de tratamentos diferenciados e de demasiadas exceções penaliza a compreensão e estimula o incumprimento.

Com a iminente vacina a configurar-se como um tónico para a resistência às dificuldades próximas, os verdadeiros resultados advirão, como até aqui, de uma real mobilização coletiva. E, sobretudo, de uma comunicação muito mais clara, no processo e no conteúdo.

**AINDA HÁ
ESPERANÇA**



ANTÓNIO MOITA
Jurista

Estado de Confusão

De um estado de emergência que uniu quase todos, passámos para um estado de confusão que não congrega ninguém. Até os que formalmente aprovam as medidas, logo aparecem a criticá-las. A ideia com que ficamos é a de que a situação está descontrolada e falta racionalidade nas decisões. Se no início se percebia que a novidade justificava a hesitação e mesmo o erro, agora já não há margem para experimentalismos ou para a aplicação de critérios de conveniência política. Ninguém esconde que a situação é difícil e se torna impossível agradar a todos. O que não é aceitável é saber que o primeiro-ministro diz uma coisa hoje e faz outra amanhã ou perceber que se está a legislar “à medida” de acordo com as conveniências partidárias de cada momento recorrendo a argumentos que não combinam com a realidade. Em momentos de crise como aquele que vivemos, as pessoas querem sentir que os decisores mantêm a autoridade e que as decisões são racionais. Pois é exatamente isto que o Governo tem vindo a malbaratar. A autoridade e a racionalidade.

Desde o início da pandemia,

tivemos meses de concertação de posições entre Marcelo e Costa. Embora causando desgaste no eleitorado de ambos, a verdade é que se esperava este comportamento dos mais altos representantes do Estado. Unidade na ação e extrema cautela na comunicação. Agora, quando tudo parece ainda mais complicado e a capacidade de resposta do Estado está posta em causa, seja na saúde, seja na economia, parece que encontraram um novo caminho: descentralizar. Em linguagem popular diríamos que querem sacudir a água do capote. Vão passar para os municípios algumas das decisões que não têm coragem de tomar. Apesar de, genericamente, termos hoje autarcas com sentido de responsabilidade e com capacidade de trabalhar em colaboração com os municípios vizinhos, a verdade é que isto não é mais do que a capitulação de um governo cada vez mais fraco e desnorreado perante as dificuldades. Como o ministro da Economia não tem coragem para mandar fechar grandes superfícies comerciais, pois que seja o presidente da câmara a fazê-lo. Como o primeiro-ministro não

tem condições para aprovar a realização de um congresso partidário quando proibiu todo e qualquer ajuntamento de mais de seis pessoas, pois que seja o presidente da câmara a assumir essa responsabilidade. E assim por diante seja com os restaurantes, com os centros de saúde, com as escolas, com os eventos culturais ou com tudo o que seja suscetível de causar desconforto. Ora isto não é governar. É tentar sobreviver o tempo que for possível. Sabemos que não poderá durar muito.

E se hoje já é possível sentir que o descontentamento está a chegar às ruas, o que será dentro de poucos meses quando as moratórias terminarem e os “lay-off” se transformarem em desemprego. Mais uma vez o exercício da autoridade e a gestão da crise feita com racionalidade serão exigidos a quem governa. Mas este governo parece não ter condições para o garantir. Por razões táticas encostou-se à sua esquerda e ofereceu a partidos oportunistas um orçamento que sabe ser impossível de cumprir. Acresce que esta perigosa colagem se fez sacrificando, sem necessidade, uma relação à sua di-

reita que António Costa sabe ser imprescindível para ultrapassar os grandes bloqueios que o país tem hoje e que se irão certamente agravar no futuro. Não se peça portanto a Rui Rio que, quando os sinos começarem a dobrar, seja ele a resolver um problema que não criou e a condenar o PSD (ou o centro-direita) a voltar a salvar pela enésima vez o país da bancarrota a que governos socialistas o conduziram. Perguntaram recentemente ao líder social-democrata se estaria mais perto de ser primeiro-ministro. Rui Rio, um pouco a medo, disse que sim. Surpreendentemente, ou talvez não, isso poderá vir a acontecer mais cedo que se esperaria. Basta que António Costa continue a não saber para onde quer ir e permitir que o estado de confusão seja renovado a cada 15 dias. ■

Isto não é governar.
É tentar sobreviver
o tempo que for
possível. Sabemos
que não poderá
durar muito.

Coluna semanal à segunda-feira



ANTÓNIO MOITA

**“Isto não é
governar. É tentar
sobreviver o tempo
que for possível.
Sabemos que não
poderá durar
muito.”**

PÁGINA 28



CONVERSA CAPITAL

MÁRIO VAZ PRESIDENTE EXECUTIVO DA VODAFONE PORTUGAL

“Hoje tenho de lutar bastante” para manter a Vodafone em Portugal

Com as atuais regras para o 5G, Mário Vaz alerta que a atividade da Vodafone Portugal terá de ser repensada. E depois de a subsidiária ter sido apontada como a “joia da coroa” do grupo, arrisca-se a transformar-se na “lata da coroa”.

SARA RIBEIRO

sararibeiro@negocios.pt

ROSÁRIO LIRA, ANTENA 1

MIGUEL BALTAZAR

Fotografia

O futuro da Vodafone Portugal, nos moldes atuais, pode vir a ser reequacionado devido às regras do 5G. Em entrevista ao Negócios e Antena 1, Mário Vaz, presidente executivo da operadora, revela ainda que não teve luz verde da casa-mãe para participar no leilão.

Têm até dia 27 para se candidatarem aos leilões. Vão candidatar-se?

Neste momento, o que posso dizer é que não temos a decisão tomada. [...] Nós trabalhamos sempre com diversos cenários, naturalmente. Eu não tenho nenhuma garantia nem de sucesso da providência cautelar [interposta pela Vodafone no dia 10 novembro] nem de “timings” que sejam compatíveis, embora realmente tenhamos grande confiança nas razões que nos levaram à litigância. E ainda não esgotámos as ações todas de litigância, have-

rá outras nomeadamente nos tribunais nacionais.

Mas quais são as opções que estão em cima da mesa?

As opções à data de hoje são: não vamos sequer ao leilão; e depois há o cenário de irmos ao leilão, porque em termos de gestão local quero ir ao leilão, quero garantir e dar argumentos e dar confiança ao meu acionista de que teremos de encontrar uma solução. E aí sim, há um conjunto muito vasto de interrogações. Mas isto é uma posição da gestão local. Reafirmo isto: é o que eu quero, mas não tenho neste momento a decisão tomada e aprovada, porque não é uma decisão que possa ser tomada apenas localmente pelos impactos que lhe estão associados. Essa decisão não está tomada.

Está tudo dependente da decisão da casa-mãe, é isso?

Mesmo só o facto de ir já tem [impacto]. Estamos a falar de uma garantia de 15 milhões de euros, se a decisão depois for não ir... Por isso, não posso tomar uma decisão desse nível de risco, porque o ir [ao leilão] terá depois de ser acompanhado de decisões de jogo no leilão, e que têm impacto nos

próximos 20 anos e isso naturalmente carece de autorização do acionista.

Mas o presidente executivo do grupo já admitiu rever os investimentos no mercado português...

Não há alternativa...

Avançando ou não avançando poderão olhar para o mercado português de outra forma, poderão repensar aquilo que vão fazer e a forma como vão permanecer?

Necessariamente. E a isso não se pode chamar chantagem, é a realidade do mundo dos negócios. A última vez que dei uma entrevista [em 2017 ao Negócios] referi que nunca tinha necessitado de me esforçar, de lutar, para manter a Vodafone em Portugal, pelo nível de compromisso com o país. Hoje, infelizmente, não é o caso. Tenho de lutar bastante. Na altura, o anterior CEO do grupo veio a Portugal e numa entrevista disse que Portugal era a joia da coroa. Eu arrisco dizer que nos próximos anos podemos ser a lata da coroa.

Mesmo que concorram ao 5G poderão repensar os investimentos em Portugal?

Na condição que está necessariamente. Não há alternativa. Se entra um novo operador, com esta postura e este apoio, é inevitável que isso vá acontecer no mercado, como aconteceu noutros mercados. Esse novo [“player”] que entrou reduziu o valor todo de mercado, retirou qualidade, retirou retorno aos investimentos. E o que vai acontecer? Consolidação. E desemprego, etc.

Se não concorrerem ao leilão do 5G então a perspetiva poderá, ainda, ser pior? Poderão mesmo sair de Portugal?

Por isso é que nos é exigido tanto no 5G, porque não há futuro na rede de telecomunicações móveis com qualidade para comportar aquilo que os clientes precisam se não tivermos 5G.

Portanto, não faria sentido continuarem em Portugal?

Outra solução teria de haver. Pode-se sempre continuar em Portugal de outras formas.

Criar uma unidade ibérica?

Muitos outros cenários naturalmente. ■

“O 5G é demasiado importante para ser deixado a um regulador”

O presidente executivo da Vodafone Portugal, Mário Vaz, lamenta que o tema do 5G, que sublinha ser “estratégico para o país”, tenha sido debatido na Assembleia da República (AR) “tarde e a más horas”.

Fala de um ataque da Anacom, mas ultimamente os operadores também criticam a Anacom quase numa base diária...

Se nós somos atacados todos os dias, temos de nos defender. Por isso é que digo que é uma causa quase perdida. Este discurso populista [da Anacom] está bem feito...

Acha que devia haver intervenção do Governo?

O 5G é demasiado importante para ser deixado a um regulador. É estratégico para o país.



“Não tenho neste momento a decisão tomada e aprovada [de ir ao leilão].”

“Arrisco-me a dizer que nos próximos anos podemos ser a lata da coroa [do Grupo Vodafone].”



PERFIL

O líder que não imaginou ser presidente

Nasceu em Angola em 1962, mas teve de sair do Huambo em 1975. No entanto, confessa que a sua “grande paixão por Angola” ainda hoje se mantém. Licenciado em Direito, pela Clássica de Lisboa, começou a sua carreira na área comercial. Passou pela Abreu Júnior, Bull-Zenith Data Systems, SGO, Elbe Portuguesa e Se-leco. É em setembro de 1992, um mês antes do lançamento da então Telecel, que entra para os quadros da operadora que dirige desde setembro de 2012, quando António Coimbra foi convidado para liderar a operação em Espanha. “Nunca imaginei ser presidente”, disse ao Negócios, numa entrevista em 2017, quando tinha acabado de renovar o seu mandato enquanto presidente executivo da Vodafone Portugal e após mais de 25 anos de casa. Uma resposta dada entre gargalhadas por ter sido questionado se é preciso ter entrado em 1992 na empresa para se chegar a presidente - como aconteceu com os três CEO que a empresa teve: António Carrapatoso, António Coimbra e Mário Vaz.

Já reclamou do Governo e da AR essa intervenção?

“Não somos nós que determinamos as agendas políticas.

Mas não havendo diálogo com o regulador...

“Falámos há muito tempo sobre a questão do 5G [ainda com o anterior secretário de Estado das Comunicações]. O Governo fez uma resolução aprovada em Conselho de Ministros e, por acaso, o regulador, um dia antes, pôs em consulta pública a proposta de regulamento sobre o 5G. De lá até hoje, o Governo fez mais alguma coisa sobre o 5G? Não.

Não voltou a falar convosco?

“A AR levou a debate este tema, mas foi cerca de uma semana antes do anúncio [do regulamento final]. Já era tarde, e a mais horas. Isto é demasiado impor-

tante. É o futuro do país que está em causa. O Governo devia ter dado outra atenção. Aliás, na minha ótica, o Governo deveria ter definido com muito mais detalhe aquilo que pretendia do 5G, deixando apenas uma parte menor, que é a parte da implementação da política no seu detalhe, para a Anacom. O Governo não se devia ter demitido dessa função.

A posição do Governo mudou com a entrada do novo secretário de Estado, Hugo Mendes?

“Sinceramente ainda nem falei com o novo secretário de Estado das Comunicações. Pedimos uma reunião, mas ainda não houve possibilidade de agenda.

Em que medida é que o país sai prejudicado desta crise entre regulador e regulados

e dos atrasos que possam existir?

“Acho que os atrasos de curto prazo não justificam o impacto de longo prazo. Estamos atrasados, é verdade. Já 17 países europeus lançaram o 5G. No mundo Vodafone já há muitas cidades hoje cobertas com 5G. Eu participei em reuniões do grupo e hoje sou dos poucos que não posso falar do 5G, e quando o faço só falo de litigância porque os outros já estão efetivamente no terreno com o 5G. Estamos atrasados, mas podemos recuperar porque já temos várias antenas de 5G, já estamos a testar o 5G há muito tempo. E, assim haja condições, podemos arrancar. É muito melhor arrancar tarde e bem do que à pressa e mal. O que o país perde com as condições atuais, com a ausência de investimento? Perde competitividade.

Pode concretizar?

“A digitalização da economia é essencial para a competitividade do país, e nós temos condições únicas para sair vitoriosos à data de hoje. Temos um país muito atrativo. É preciso é ter infraestruturas de última geração, ter pessoas formadas com muita qualidade. [...] E, felizmente, Portugal é um país extraordinário do ponto de vista

da atratividade de pessoas qualificadas. Por isso, nós temos condições para ser muito competitivos, mas para isso é fundamental que o 5G funcione, utilize o máximo do seu potencial e gere capacidade de investimento. Que é isso que está em causa. Se isso não acontecer o país perde mais uma revolução. E não vamos ter tão depressa outra oportunidade. ■

“O Governo deveria ter definido com muito mais detalhe aquilo que pretendia do 5G.”

“O país perde competitividade com as condições atuais [do 5G].”



CONVERSA CAPITAL

MÁRIO VAZ PRESIDENTE EXECUTIVO DA VODAFONE PORTUGAL

“Talvez o país tenha de equacionar se precisa de uma Anacom”

O CEO da Vodafone Portugal acusa a Anacom de ter um discurso populista para denegrir as operadoras. E abre a porta a um debate sobre a necessidade de existir um regulador com as atuais características da Anacom.

SARA RIBEIRO

sararibeiro@negocios.pt

ROSÁRIO LIRA, ANTENA 1

MIGUEL BALTAR

Fotografia

Mário Vaz confessa que em 28 anos de trabalho nas telecomunicações nunca se sentiu “tão entristecido” pela forma como o setor todos os dias é criticado pela Anacom. Em entrevista ao Negócios e à Antena 1, no programa Conversa Capital, o presidente executivo da Vodafone Portugal questiona ainda se faz sentido existir uma entidade reguladora “com estas características” e com um orçamento de 69 milhões de euros que o país poderia utilizar “de outra forma”.

Esta falta de diálogo com o regulador é recuperável ou o ponto a que chegou esta divergência não tem retorno e só será resolvida através de litigância?

Eu acho muito difícil. A Vodafone está sempre disponível para o diálogo. Mas, para tal, é preciso que haja vontade e que se retire conteúdo do diálogo. Nos últimos 18 meses, talvez, reuni-me com o presidente da Anacom duas vezes, a meu pedido. Uma vez antes da pandemia e outra há pouco tempo a meu pedido conjuntamente com o engenheiro Miguel Almeida [CEO da Nos] para lhe apresentarmos e explicarmos o acordo de parceria na rede móvel que tínhamos feito nesse mesmo dia. É estranho não é?

Apesar das críticas à falta de concorrência, o regulador tem elogiado bastante os acordos entre a Vodafone e a Nos, dando como exemplo que se po-



dia replicar...

Os acordos são feitos sem regulação, feitos pelos operadores sempre com o objetivo de garantir a eficiência, a rapidez e a velocidade

de desenvolver as suas redes. [...] Por isso, ainda bem, fizemos bem o nosso trabalho. [...] Estou neste setor há 28 anos, fui dos primeiros a estar no momento em que che-

gou a concorrência ao mercado, aliás, nós fomos os primeiros concorrentes nas telecomunicações, enquanto Telecel. Estive cá no 3G, no 4G, cheguei a esta função [em 2012] no dia em que chegou a convergência ao mercado. A Vodafone não tinha praticamente presença no negócio fixo, fomos para o mercado sozinhos, sem apoio regulatório, convencer os acionistas a fazer centenas de milhões de euros em investimentos, fizemos acordos na altura com a PT, mais tarde com a Nos, para chegarmos ao número de milhões de casas que temos hoje. E eu nunca me senti tão entristecido como neste mo-

mento por ver a forma como este setor é criticado todos os dias pelo regulador. [...] Se nós não fôssemos assim e fôssemos da mesma forma populistas e tivéssemos o objetivo de denegrir a Anacom, se esse fosse o nosso propósito como parece ser o do regulador relativamente aos operadores, estaria hoje aqui a dizer que a Anacom para 2020 prevê receitas de 97 milhões de euros e tem um orçamento para gastos de 69 milhões de euros. E eu estaria a perguntar aos portugueses o que faz com 69 milhões de euros este regulador. Deve fazer coisas importantíssimas para o país, para despende 69 milhões de euros.

“Em 28 anos no setor, nunca me senti tão entristecido como neste momento.”

“O que faz com 69 milhões de euros este regulador [Anacom]?”



“Não há concorrência sustentável baseada em preço.”

“Tarifa social de internet é um esforço coletivo, não é apenas dos operadores.”

Isso significa que, do seu ponto de vista, o setor ganharia e o país ganharia com a substituição do regulador?

Eu não gosto de personalizar as coisas. Mas talvez o país tenha de equacionar porque é que é preciso um regulador com estas características.

Está a dizer que o regulador não está a fazer o trabalho que lhe compete?

O regulador tem como missão a promoção da concorrência, a defesa do consumidor e o pilar, que normalmente se esquece, que é desenvolvimento do setor. Se é só para promover a concorrência no setor das telecomunicações, e postais já agora, existe uma Autoridade da Concorrência (AdC) em Portugal que deve ter um orçamento muito superior ao da Anacom porque regula e promove a concorrência de todos os setores económicos em Portugal. A última vez que olhei para o orçamento da AdC era de cerca de 13 milhões de euros. Então dir-se-á: esse dinheiro será provavelmente investido. A última vez que olhei para o plano de atividades da direção-geral do consumidor tinha um orçamento de 2,5 milhões. Então, para onde é que vai o resto do dinheiro? Esses milhões - nós não somos um país rico - não deveriam estar a ser utilizados de outra forma? E eu seria mais demagógico ainda e diria: quantos enfermeiros, médicos, assistentes sociais, quantos lares podiam estar a ajudar com estes 69 milhões de euros? Mas a Vodafone não faz isto porque é ser demagógico. Eu não posso dizer isto sem fazer uma análise cuidada destes números. É uma discussão que devia haver: a Anacom existe para quê? É preciso uma Anacom?

E é? Qual é a resposta?

Eu não posso dar a resposta. A primeira tentação é dizer que não vejo porque. Não vejo nenhum benefício em termos uma Anacom num setor que já está bastante desenvolvido, precisava, no passado, de regulação ex-ante, anterior, e hoje em dia não é exatamente assim. Aliás, grande parte da regulação das telecomunicações até é feito de forma uniforme e central a nível europeu e depois é replicada para garantir uniformidade nos diferentes mercados. Aqui ao lado em Espanha, por exemplo, foi decidido juntar os diferentes reguladores numa entidade única para efeitos de eficiência e consistência económica. Mas eu não sou capaz de dizer se é bom ou não a Anacom acabar, só porque não fiz a análise detalhada disto. Os números que disse aqui são verdadeiros, agora, são números sensíveis. Há 380 pessoas profissionais, de elevada qualidade, a trabalhar no regulador.

Está a dizer que a Anacom não está a cumprir o seu papel?

Não, o que estou a dizer é que se eu fizer este discurso terei muitas pessoas a dizer: parece-me fazer muito sentido. Sim, senhor, vamos debater isso. Nós não fazemos isso, porque eu não estudei o tema, não dediquei tempo suficiente. Mas é um tema que acho que até merecia discussão. Mas isto é um discurso que se andássemos a fazer com a mesma persistência, com a mesma qualidade de oratória que o regulador faz relativamente a denegrir os operadores, então, provavelmente, algumas das perguntas que me estão agora a ser feitas não iriam ser. ■

Tarifa social de internet tem de ser um “esforço coletivo”

Na semana passada, a troca de acusações entre os operadores e regulador fez-se também no campo dos aumentos de preços da Meo, Nos e Vodafone realizados entre outubro e novembro. Um caso que Mário Vaz, presidente executivo da Vodafone Portugal, acha “curioso” ter sido trazido para a ribalta pela Anacom num momento de alta tensão por causa do 5G. No que toca à tarifa social de internet, proposta pelo Governo, aplaude a medida e diz que a Vodafone Portugal está disponível para discutir a sua implementação. Mas deixa o aviso que tem de ser um “esforço de todos”, não necessariamente só dos operadores de telecomunicações.

A Anacom, recentemente, denunciou que a Meo, a Nos e a Vodafone subiram as mensalidades das ofertas 3P (telefone, TV e internet fixa) em 3,3% e reduziram a velocidade de acesso fixo. A Vodafone já reconheceu este aumento feito numa campanha que terminou. Como é que se justifica isto?

É curioso. Em média, a Anacom faz seis comunicados de imprensa por mês. Eu não me lembro de ver nenhum sobre reduções ou aumentos ou alte-

rações dos tarifários dos operadores. Coincidentemente, foi buscar um caso, na passada segunda-feira, neste momento em que tanto se debate a relação entre regulados e regulador. No mesmo ano nós já reduzimos em 1 euro um tarifário que tem muito mais expressão. E este tarifário 3P [“triple play”] na nossa atividade é cerca de 10% dos nossos clientes. E se repararmos no último relatório de preços, que está disponível na Anacom [no site], relativo a setembro de 2020, feito em outubro, vão ver que o preço das telecomunicações em Portugal reduziu e, face ao mês homólogo, em cerca de 1,2 pontos percentuais.

Mas como é que justifica o facto de os operadores terem aumentado os preços na mesma altura e no mesmo valor?

Porque andamos sempre a ver o que a concorrência faz. Quando nós concorremos à sério, temos de ter pessoas a observar o que se passa no mercado e não nos podemos dar ao luxo de esperar para ver se o cliente vai aproveitar aquela promoção [...]. Não há concorrência sustentável baseada em preço, porque é a variável mais

fácil de colocar na concorrência. Onde se faz a verdadeira concorrência é na qualidade.

Então não é uma consequência da ausência de concorrência?

Não, é exatamente o contrário. É por isso que as ofertas em Portugal de telecomunicações são tão ricas e têm tanto conteúdo, quer do ponto de vista de qualidade, de velocidade, que é o que as compõem. Porque a forma de nos diferenciarmos é exatamente essa.

E sobre a tarifa social de internet, qual é a posição da Vodafone?

Este tema leva-me sempre a pensar como é que, coletivamente - incorporando naturalmente na solução os operadores de telecomunicações -, o país deve garantir uma maior literacia digital e o acesso a esse serviço tão essencial como é o das telecomunicações. Estamos sempre disponíveis para colaborar, mas isto é um esforço coletivo, não é necessariamente apenas dos operadores de telecomunicações. Deve ser de todos. E é neste contexto que [a implementação da tarifa social de internet proposta pelo Governo] deve ser discutida. ■

Respostas rápidas

ANGOLA
Saúde.

TELECEL
Paixão.

MEO
Concorrente.

NOS
Outro concorrente.

BENFICA
Paixão inexplicável, um bocado irracional.
AMIGO
É mais no plural.

FAMÍLIA
Essencial.

AMBIÇÃO
Estar cá amanhã.

SONHO
Comanda a vida.



CONVERSA CAPITAL

MÁRIO VAZ PRESIDENTE EXECUTIVO DA VODAFONE PORTUGAL

5G: “Fizemos um regulamento de século XX no século XXI”

Mário Vaz diz-se “otimista” em relação ao desfecho das ações que a Vodafone interpôs contra o regulamento do 5G. E defende que as regras propostas põem em causa os objetivos e as prioridades da Europa.



SARA RIBEIRO
sararibeiro@negocios.pt
ROSÁRIO LIRA, ANTENA 1
MIGUEL BALTAZAR
Fotografia

No dia 10 de novembro a Vodafone Portugal avançou com uma providência cautelar para reverter a decisão da Anacom de manter a licença da Dense Air, cujo espectro é necessário para o 5G. Em entrevista ao Negócios e à Antena 1, no programa Conversa Capital, Mário Vaz diz estar “otimista” com o desfecho das ações e garante que vão dar entrada mais processos.

Estão otimistas em relação ao sucesso na Justiça?

Se há coisa que caracteriza a Vodafone é ser otimista. Isto apesar de ter de reconhecer que estou triste com o que está a acontecer. Tenho momentos de grande pessimismo. Mas sou otimista

porque é tão evidente que isto é discriminatório, e que põe em causa objetivos e prioridades que a Europa hoje procura. Andamos em sentido contrário. Fizemos um regulamento de século XX no século XXI.

Como assim?

O setor de telecomunicações na Europa não tem a capacidade, nem de perto nem de longe, para fazer os investimentos que os operadores dos EUA, da China ou da Coreia do Sul estão a fazer. A Europa ficou para trás claramente no 4G e está a arrancar tarde e a más horas e cheia de dúvidas e incógnitas quanto à sua capacidade de resolver bem o 5G. O que é que a Europa está a fazer? Está a alocar fundos públicos para garantir que o 5G se desenvolve e para tentar recuperar o atraso. Discute-se muito a consolidação no setor para lhe dar dimensão. Na Europa há cerca de 400 operadores e 80 operadores grandes...

Mas é uma discussão que aqui não se ouve...

Não. Aqui é o contrário, diz que é preciso mais [operadores]. O que a Europa hoje pede aos operadores é: invistam, tenham capacidade, inovem. Mas para isso compreendem que as empresas [precisam que] tenham sustentabilidade, tenham garantia de retorno aos seus investidores.

Quanto é que investiram nos últimos cinco anos?

Cerca de mil milhões de euros. E o que nos está a ser exigido no 5G, isso sim é chantagem. [...] As nossas redes não aguentam mais, vão ter um limite para a sua capacidade para poder dar a velocidade, a capacidade para entrega dos dados que as pessoas precisam de utilizar, bem como para o número de equipamentos que vai estar ligado à internet e para competir-mos em novos modelos de negócio que resultam da principal característica diferenciadora do 5G

que é a baixa latência.

Acham que não têm retorno em investir no 5G com as condições em curso?

Isto significa eu dizer ao meu acionista que além dos 150 a 200 milhões que eu invisto por ano, vou ter de pôr mais 300 milhões de euros nos próximos cinco anos [no 5G]. A primeira pergunta é: há receita para pagar este investimento? Enfim, o excel é bastante criativo e como as licenças são para 20 anos até sou capaz de me esforçar para dizer ao acionista que daqui a 20 anos talvez consiga ter retorno.

Qual é a parte com que não concordam?

O novo entrante consegue fazer isto por menos de 100 milhões de euros. E acede às redes de muitos mil milhões de euros que nós investimos ao longo do tempo [devido à regra do roaming nacional]. Isto faz algum sentido? Não faz sentido nenhum.

Não têm medo do novo concorrente ou novos concorrentes?

Não tem nada a ver com medo dos novos concorrentes, é uma questão de desequilíbrio. [...] O regulamento está mal feito, incorpora elementos totalmente discriminativos que configuram a famosa ajuda de Estado, como referi, com esta discrepância exagerada entre as obrigações [de cobertura] que são impostas aos operadores atuais versus os novos operadores e a boleia que é dada aos novos [“players” com o roaming nacional].

Os próximos processos em tribunal vão ser por causa das exigências de cobertura?

Vamos [para tribunal] por várias razões. Uma delas está relacionada com o facto de não conhecer, a esta data, o que vai acontecer às taxas de espectro. Não faço ideia se o preço é o mesmo ou vou ter um valor absurdo a pagar. ■

negócios

negocios.pt

Segunda-feira, 23 de novembro de 2020 | Diário | Ano XVI | N.º 4377 | € 2,50
Diretor **André Veríssimo** | Diretor adjunto **Celso Filipe**

Falha paralisou pagamentos de 250 mil milhões na Europa

O sistema europeu de pagamentos teve quatro incidentes este ano. O maior foi em outubro e deixou suspensas 100 mil operações. Em Portugal foram afetados 1.000 milhões de euros.

MERCADOS 20 e 21

CONVERSA CAPITAL MÁRIO VAZ

“Hoje tenho de lutar bastante” para manter a Vodafone em Portugal”

“Talvez o país tenha de equacionar se precisa de uma Anacom”, diz o presidente executivo da operadora.

PRIMEIRA LINHA 4 a 8



n
1
ANTENA

Miguel Baltazar

Seguros

Regulador quer fundo sísmico. Governo pede propostas

EMPRESAS 18

Contas Públicas

Governo entra em rutura com o Bloco no Orçamento

ECONOMIA 10 e 11

EXCLUSIVO

GEORGE SOROS

“A Europa tem de enfrentar a Hungria e a Polónia”

Presidente da Open Society Foundations diz que Orbán criou um sistema cleptocrático para roubar a Hungria.

OPINIÃO 31 e EDITORIAL



Produção de azeite afunda com lagares a ficar fechados

EMPRESAS 16 e 17

Presidenciais

Ventura e Marisa mais perto de Ana Gomes

ECONOMIA 14

investidor privado



Conheça as eleitas para investir na bolsa nacional

CONTAS PÚBLICAS

Governo entra em semana decisiva do OE em rutura com o Bloco

Sexta-feira, o primeiro dia de votações de especialidade, ficou marcada pelo chumbo do PS a todas as medidas do Bloco de Esquerda que foram a votos. É cada vez mais improvável uma reaproximação entre Governo e bloquistas.

MARGARIDA PEIXOTO

margaridapeixoto@negocios.pt

Esta segunda-feira arranca uma semana decisiva para o Orçamento do Estado para 2021: ao longo de quatro dias, o Parlamento vai debater e votar a proposta do Governo na especialidade, estando a votação final global agendada para quinta-feira. Mas depois de ter chumbado todas as propostas do BE que já foram a votação, o Executivo parte para esta reta final com a gerin-

ça apoiada em menos um pé.

Na sexta-feira, foram a votos seis propostas do BE sobre legislação laboral, e uma sobre saúde. A posição dos socialistas foi a mesma em todas: contra. As sete iniciativas bloquistas foram chumbadas na Assembleia da República, confirmando o afastamento crescente entre o Governo e o BE e fechando a margem já pequena, mas que ainda existia, para os bloquistas viabilizarem o OE 2021 na votação final global.

As votações decorreram da parte da tarde, depois de uma manhã em que a separação entre os dois elementos da antiga gerin-gonça já estava anunciada. Mariana Mortágua, deputada do BE,

ainda insistiu com o tema da saúde, reforçando que o Orçamento apresentado pelo Executivo faz "o mínimo" e sublinhando a importância de dar autonomia ao SNS para contratar.

Mas a resposta do Governo foi repetida face aos debates anteriores, exibindo o aumento progressivo de clínicos ao longo dos últimos anos e esquivando-se à discussão da situação atual, em plena pandemia.

Da parte da tarde, a primeira medida de saúde do BE a ir votos foi chumbada, apenas com os votos contra do PS, já que PSD, PAN, CDS e Chega abstiveram-se. O partido avocou a medida para voltar a discuti-la esta segunda-feira,



João Leão teme coligações negativas numa semana decisiva para o Orçamento

em plenário. Esta é uma forma de dar mais visibilidade ao resultado das votações, sendo invulgar mudanças de posições dos partidos.

Mas haveria mais: as seis medidas do pacote laboral do BE foram também chumbadas. Os bloquistas tinham pressionado o Governo durante a manhã para uma mudança de posição, com o deputado José Socrato a frisar, por exemplo, que as regras para as indemnizações a dar aos trabalhadores por despedimento foram impostas pela direita, além do que exigia a troika.

Foi Tiago Barbosa Ribeiro, deputado do PS, quem repetiu, também aqui, a posição que tem sido defendida pelo Executivo: a legis-

lação laboral não é matéria de orçamento e por isso tem de ser discutida mais à frente. Da parte da tarde, esta seria outra das medidas chumbadas.

Ao final do dia, Catarina Martins, coordenadora bloquista, interrogava-se sobre como seria possível dar uma "resposta de esquerda à crise, mas com as regras da direita." De entre as seis propostas laborais chumbadas na sexta-feira, o partido avocou quatro para o plenário desta segunda-feira.

PCP aproveita poder negocial reforçado

Com a separação entre o Governo e o BE, os comunistas ganham força negocial, já que o Executivo fica

Coligações negativas já valem mais 20 milhões de euros

De entre as 21 propostas de alteração ao Orçamento do Estado para 2021 que o PSD ajudou a aprovar na sexta-feira, através de coligações negativas, as medidas que têm impacto orçamental pesam mais de 20 milhões de euros no défice do próximo ano, garantiu ao Negócios fonte das Finanças. As votações de especialidade continuam ao longo desta semana, com a votação final global na quinta-feira.

O Governo já tinha assumido que temia que o PSD se entendesse com o resto da oposição para fazer aprovar alterações ao OE 2021, nas chamadas coligações negativas. Agora, de costas voltadas com o Bloco de Esquerda e ainda sem certezas de conseguir aprovar os seus planos orçamentais para o próximo ano, continua com as baterias apontadas aos sociais-democratas.

No primeiro dia de votações, o Ministério das Finanças contou 21 propostas da oposição, aprovadas com votos contra do PS e favoráveis do PSD. Destas, segundo a mesma fonte, "14 agravam as contas públicas", estimando-se um "impacto preliminar negativo superior a 20 milhões de euros".

Dedo apontado ao PSD

Apesar de também o PCP, o PAN

e o CDS terem tido propostas suas aprovadas através de coligações negativas, o Governo responsabiliza apenas os sociais-democratas, lembrando que quando anunciaram o voto contra o OE 2021 acusaram o Executivo de "dar o que tem e o que não tem".

O receio das Finanças é a semana que agora começa, em que votadas propostas cujo impacto avaliam como sendo superior. Em causa estão, por exemplo, as reduções nas portagens das ex-SCUT – propostas apresentadas tanto pelo PSD, como pelo PCP. A ser aprovada, esta redução "obrigará o Estado a compensar as concessionárias pela perda anual de até

100 milhões de euros, num valor superior a mil milhões de euros do período de vida de concessão", assegura fonte das Finanças.

O Governo argumenta ainda que "o aumento de tráfego nestas autoestradas, e outros impactos laterais, teria efeitos residuais para compensar a perda de receita" e que "a única alternativa seria renegociar os prazos de concessão, o que se afigura extremamente difícil, com o Estado a partir para a negociação numa situação de grande fragilidade negocial na eventualidade de aprovação desta norma, sem qualquer enquadramento negocial prévio."

Na semana passada, fonte das



Tiago Petinga/Lusa

**do Estado para 2021.**

dependente da votação do PCP para aprovar o seu Orçamento do Estado. Na sexta-feira de manhã, João Oliveira até ensaiou uma linha de argumentação possível para um eventual chumbo ao OE.

O comunista explicou que desde a apresentação da proposta de OE, até ao início do debate de especialidade, "a situação não é a mesma". "Estamos numa situação muito pior", frisou. Mas ao longo da tarde, o entendimento entre o Governo e o PCP foi sendo confirmado, com os comunistas a aprovarem várias propostas.

As coligações negativas também apareceram mas, por enquanto, com impactos orçamentais aparentemente contidos. ■

Finanças avaliou todas as propostas do PSD como tendo um impacto orçamental superior a 700 milhões de euros por ano. Somase um efeito entre 1.500 e três mil milhões de euros da suspensão do pagamento por conta.

Na sexta-feira, os sociais-democratas recusaram estes números, mas também não apresentaram contas e valores alternativos.

O PS já pediu à Unidade Técnica de Apoio Orçamental para avaliar também o impacto da redução das portagens e da suspensão do pagamento por conta, mas os cálculos dos peritos do Parlamento ainda não chegaram. ■

MARGARIDA PEIXOTO

negócios

negocios.pt

Segunda-feira, 23 de novembro de 2020 | Diário | Ano XVI | N.º 4377 | € 2,50
Diretor **André Veríssimo** | Diretor adjunto **Celso Filipe**

Falha paralisou pagamentos de 250 mil milhões na Europa

O sistema europeu de pagamentos teve quatro incidentes este ano. O maior foi em outubro e deixou suspensas 100 mil operações. Em Portugal foram afetados 1.000 milhões de euros.

MERCADOS 20 e 21

CONVERSA CAPITAL **MÁRIO VAZ**

“Hoje tenho de lutar bastante” para manter a Vodafone em Portugal”

“Talvez o país tenha de equacionar se precisa de uma Anacom”, diz o presidente executivo da operadora.

PRIMEIRA LINHA 4 a 8



Miguel Baltazar

Seguros

Regulador quer fundo sísmico. Governo pede propostas

EMPRESAS 18

Contas Públicas

Governo entra em rutura com o Bloco no Orçamento

ECONOMIA 10 e 11

Produção de azeite afunda com lagares a ficar fechados

EMPRESAS 16 e 17

Presidenciais

Ventura e Marisa mais perto de Ana Gomes

ECONOMIA 14

investidor privado



Conheça as eleitas para investir na bolsa nacional

EXCLUSIVO

GEORGE SOROS

“A Europa tem de enfrentar a Hungria e a Polónia”

Presidente da Open Society Foundations diz que Orbán criou um sistema cleptocrático para roubar a Hungria.

OPINIÃO 31 e EDITORIAL



CIP diz que novas medidas restritivas são "incoerentes"

A CIP lamenta que o Governo tenha sugerido às empresas que suspendam a sua laboração e diz que numa situação de "quebra dramática de rendimentos, o país não pode dar-se ao luxo de perder tantos dias de produção".

Bruno Simão

A CIP – Confederação Empresarial de Portugal considerou ontem que as medidas anunciadas no sábado pelo Governo para conter a pandemia "não são consistentes, ponderadas e não estão sequer cientificamente fundamentadas", prejudicando as empresas e o país.

"As medidas restritivas que atingem os próximos dois fins de semana, a que se junta a tolerância de ponto para alargar esses fins de semana até aos feriados de 1 e 8 de dezembro, traduzem-se num forte condicionalismo em relação a oito dias completos", refere a CIP em comunicado.

"A situação é agravada pelo encerramento das escolas em 30 de novembro e em 7 de dezembro, o que implica um problema adicional para centenas de milhares de pais que terão de assegurar a necessária assistência aos filhos", acrescenta.

Para a confederação, "o anúncio do Governo é tanto mais grave quanto se recomenda e remete para as empresas a possibilidade de "suspenderem a laboração" nestes dias [30 de novembro e 7 de dezembro]".

"Numa situação de quebra dramática dos rendimentos, o país não pode dar-se ao luxo de perder tantos dias de produção, não existindo qualquer base científica que justifique o encer-



A CIP, liderada por António Saraiva, diz que os apoios às empresas são insuficientes.

ramento generalizado das empresas", diz a associação de empregadores.

"Num momento tão difícil como o que vivemos, é fundamental que o Governo perceba que as empresas portuguesas têm compromissos a honrar — com trabalhadores e com clientes — e o cumprimento dessa responsabilidade é determinante para Portugal", contrapõe a CIP, considerando que "se as empresas fecharem, uma parte vital do país fecha com elas".

"Temos de evitar este cená-

rio a todo o custo", defende, apontando que "deveriam ter sido equacionadas outras soluções" como "a celebração das efemérides à segunda-feira".

No comunicado, a CIP afirma também que o nível de apoios do Estado às empresas portuguesas continua, "além de muito demorado, também muito aquém daquele de que dispõem as suas congéneres europeias".

"A ajuda do Governo às empresas não pode ser por episódios e fatiada. Tem de ser imediata,

forte e bem pensada", sustenta.

Depois de salientar que "a CIP e as empresas portuguesas continuam totalmente empenhadas na luta nacional contra a covid-19", a confederação indica que "o envolvimento dos parceiros sociais na tomada de decisões é absolutamente fundamental, já que acrescenta às decisões o necessário conhecimento concreto dos problemas".

"Lamentavelmente, as decisões tomadas ontem pelo Governo carecem deste respaldo e fundamentação", afirma. ■ LUSA



Jerónimo diz que OE2021 está “longe, longe”

O líder do PCP acusou de preconceito quem critica o congresso e recusou o adiamento para o “dia de são-nunca-à-tarde”

O líder do PCP endureceu o discurso sobre Orçamento do Estado para 2021 e assumiu que o Governo está “longe, longe” das posições dos comunistas, afirmando que não vê abertura do Governo para as propostas do partido, em entrevista à Lusa.

Jerónimo de Sousa admitiu que, sem “fazer juízos apressados” – “até ao lavar dos cestos, é vindima” –, o PCP irá fazer “tudo para que o orçamento corresponda às necessidades nacionais”, “honrando a sua palavra até o fim”. No entanto, o líder comunista não vê, “neste momento”, “essa disponibilidade e garantia por parte do Governo do PS”. Mas afirmou: “Podemos dizer que o Governo não se tem aproximado” das posições do PCP.

Sobre se a realização do congresso pode ser entendida como uma “moeda de troca” do Governo em matéria orçamental, advogou: “Nunca por nunca, em relação ao Governo, e da sua parte em relação ao PCP, que alguma vez o Congresso tenha sido referido como moeda de troca em relação à situação que vivemos. Empenho aqui a minha palavra para dizer que essa questão nunca foi levantada ou tratada.”

Admitindo, implicitamente, continuar como secretário-geral do PCP no XXI Congresso, que se realiza em Loures, entre 27 e 29 de Novembro, disse que ainda é cedo para escrever as suas “memórias”. E confirmou que o comité central será mais pequeno e terá uma maior percentagem de mulheres na sua composição.

Já sobre as críticas à realização do congresso num concelho que estará nesse fim-de-semana em risco elevado e sob medidas de restrição por causa da pandemia de covid-19, o líder do PCP alertou para o preconceito com este partido, que tem o “direito político” de fazer o seu congresso, e criticou o “silêncio de chumbo” sobre a reunião magna do Chega, que “parecia uma feira”.

Questionou que, havendo condições de segurança sanitária, não se fizesse a reunião e se adiasse para o “dia de são-nunca-à-tarde”. “Nós não somos tontos. Se não estivessem criadas condições, não o faríamos”, mas elas existem para o “exercício de um direito político importante”, defendeu. **PÚBLICO/Lusa**



Ontem de manhã, antes do recolher obrigatório das 13h, uma multidão sai

Novo decreto do estado de emergência foi publicado Eventos podem ter até seis p

Maria João Lopes

O decreto que regulamenta o novo estado de emergência, publicado ontem em *Diário da República*, prevê, no que toca a eventos e celebrações, um número máximo de seis pessoas. Não obstante, no documento, pode ler-se que “no momento actual, os contactos entre pessoas”, bem “como as suas deslocações, devem limitar-se ao mínimo indispensável”.

Na resolução do Conselho de Ministros, que, no início de Novembro, declarou a situação de calamidade, a regra geral para o número de pessoas em eventos e celebrações, nos concelhos de maior risco, era de cinco. Esse mesmo documento permitia, no entanto, que os restaurantes pudessem ter nas mesas até seis pessoas. O decreto agora publicado determina um só limite: seis pessoas em eventos e celebrações bem como para grupos em restaurantes, salvo se pertencerem ao mesmo agregado familiar.

A regra vale para todos os concelhos, independentemente do nível de

risco em que se encontram. A partir desta semana, os municípios passam a estar agrupados em quatro níveis, em função do número de novos casos registados nos 14 dias anteriores.

O Governo determinou um confinamento parcial para os próximos dois fins-de-semana, que seriam de potencial “ponte” devido aos feriados de 1 e 8 de Dezembro, que acontecem à terça-feira. Será, por isso, proibida a circulação entre concelhos entre as 23h00 de quinta-feira e as 5h00 de quarta-feira, e há restrições à circulação nos sábados, domingos e feriados a partir das 13h00. Os horários dos estabelecimentos comerciais também terão restrições. Em ambas as segundas-feiras, véspera de feriado, haverá tolerância de ponto para os funcionários públicos e serão suspensas as actividades escolares, das creches ao ensino superior. As escolas “terão facilidade em enquadrar” esta solução, entende o presidente da Associação Nacional de Directores de Agrupamentos e Escolas Públicas, Filinto Lima.

Já uma eventual antecipação do período de férias de Natal, como che-



RUI GAUDÊNCIO

u à rua

do ontem essoas, mas são de evitar

gou a ser aventado nos últimos dias, implicava “um novo planeamento” por parte dos professores.

Os directores sublinham a ideia de que os estabelecimentos de ensino são lugares seguros no actual contexto. “Os alunos estão bastante bem nas escolas. Temos uma organização muito rígida e eles estão obrigados a cumprir as normas”, o que nem sempre acontece noutros locais, defende Manuel Pereira, da Associação Nacio-

nal de Dirigentes Escolares.

A proibição de circulação entre concelhos prevê um conjunto de dez excepções, como deslocações para trabalhar, por motivos de saúde ou outros “de urgência imperiosa”. É ainda permitido o “retorno ao domicílio”. E ao contrário do que aconteceu no fim-de-semana do Dia de Finados, não serão permitidas deslocações para assistir a espectáculos culturais. O decreto do Governo continha um erro, que provocou ontem alguma confusão no sector cultural. O artigo relativo à proibição de circulação na via pública aos sábados, domingos e feriados, nos concelhos de risco extremo ou muito elevado, incluía uma excepção para “deslocações para acesso a eventos e equipamentos culturais”.

No entanto, contactada pelo PÚBLICO, fonte do gabinete do primeiro-ministro esclareceu que se tratou de “uma gralha” na formulação do documento, pelo que não “haverá alterações ao que está em vigor”, estando a ser preparada “uma declaração de rectificação”.
com Samuel Silva



**Será fácil enquadrar
a suspensão de aulas
na véspera
dos feriados**

Filinto Lima
Associação de directores
escolares



Casos nas prisões Desta vez não se prevê a libertação de reclusos

Leonete Botelho

Num momento em que há 435 pessoas infectadas nas prisões portuguesas, o Presidente da República reúne-se hoje em Belém com as ministras da Justiça e da Saúde, para conhecer as soluções gizadas para conter a pandemia em ambiente prisional. Desta vez não deverá haver libertação de reclusos, como aconteceu em Março. Incontornável será a questão do uso de máscaras, que está longe de ser generalizada nas cadeias.

Esse pode ser um factor decisivo para a propagação da covid-19 nas prisões registada nas últimas semanas. Se no final de Outubro havia um total acumulado de 73 casos nas cadeias, ontem contavam-se 435 casos activos, de acordo com a Direcção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP). A este número juntam-se outros 228 casos de pessoas já recuperadas, o que soma um total de 663 casos já detetados nas prisões, num universo de cerca de 20 mil pessoas entre trabalhadores, reclusos e jovens internados em centros educativos. Apesar disso,



Ministra da Justiça Francisca van Dunem é hoje ouvida por Marcelo quando há 435 pessoas infectadas nas prisões

esta semana a DGRSP confirmou que o uso generalizado de máscaras não é ainda prática nos estabelecimentos prisionais, estando apenas previsto em “determinadas condições”. O uso de máscara pelos trabalhadores tornou-se obrigatório a 10 de Setembro, mas os reclusos só a usam em saídas ao exterior e em deslocações dentro da cadeia, para irem “aos serviços clínicos, administrativos ou para trabalhar nas cozinhas”, por exemplo. A DGRSP pediu um parecer à Direcção-Geral da Saúde “sobre a necessidade de reforçar as linhas de orientação que vinha seguindo”, documento que deve ser conhecido em breve, como afirmou o secretário de Estado da Saúde na sexta-feira defendendo que “devem ser utilizadas máscaras nas prisões”. Os principais focos de doença encontram-se nos estabelecimentos prisionais de Faro e Vila Real, mantendo-se a situação das prisões de Izeda, Guimarães, Lisboa e Tires.



Público

Etiópia

“Do ponto de vista humanitário, as perspectivas são terríveis”

Entrevista a Ahmed Soliman
Mundo, 20/21



Presidenciais

Marcelo marca eleições até amanhã

Infectedos dez dias antes não podem votar

Há recolha de votos ao domicílio para a maioria dos eleitores confinados

Política, 10/11 e Editorial



GP de Portugal
Miguel Oliveira voou para a vitória e fechou a época com um fim-de-semana perfeito
Desporto, 36/37

Entrada no mercado de trabalho em recessão penaliza rendimentos durante 10 anos

“Efeito cicatriz” das crises no mercado de trabalho penaliza primeiro emprego

Aqueles que entram no mercado de trabalho a meio de uma recessão correm o risco de carregar esse fardo

durante muito tempo, sob a forma de salários persistentemente mais baixos. Outras crises mostraram que não

só a desvantagem não é corrigida logo com a recuperação da economia, como a perda de rendimentos demo-

ra entre 10 a 15 anos a ser eliminada. E a história pode repetir-se nesta crise pandémica **Destaque, 2 e 3**

Opinião
O que podemos fazer, podemos pagar

Artigo de Ricardo Cabral
Espaço Público, 9



Moçambique
Missão católica destruída por jihadistas em Cabo Delgado

Mundo, 22

Violência doméstica
A alternativa às casas-abrigo que ajuda as vítimas a libertarem-se

Sociedade, 14/15



Covid nas prisões
Casos sobem mas não haverá libertação de reclusos

Destaque, 5

Saúde e teletrabalho
A pandemia está a levar à criação de novos seguros

Economia, 24/25

Economia Seguros

Seguradoras pedem um “simplex” para reduzir custos

Digitalização de alguns processos e eliminação de burocracias poderiam permitir poupar “vários milhões de euros aos clientes”, diz a associação sectorial

Rosa Soares

Responder à crise e pensar para lá da crise. São estes os desafios do sector segurador assumidos pelo presidente da Associação Portuguesa de Seguradores (APS), José Galamba de Oliveira, que para isso pede “ao legislador e ao regulador que ajudem a fazer um ‘simplex’ no sector segurador que acabe com exigências baseadas no suporte do papel e com burocracia desnecessária”, como forma de “reduzir custos de contexto e repercutir esses ganhos na melhoria dos serviços prestados e no desenho de novos produtos ajustados às necessidades dos clientes”.

“Estou convencido de que, mais do que respostas pontuais a esta crise [pandémica], que esperemos possa ser ultrapassada brevemente, será nestas duas vertentes – mais e melhor serviço e redesenho de produtos – que assentará a resposta e o futuro das empresas de seguros”, disse Galamba de Oliveira ao PÚBLICO.

E dá exemplos de medidas que podiam fazer parte de um programa “simplex” (nome dado a um conjunto de iniciativas tomadas pelo Governo para, através da tecnologia digital, melhorar os ambientes de negócios e facilitar o acesso das pessoas a serviços públicos) que permitiriam poupar “vários milhões de euros” às famílias e empresas, e com impacto positivo no ambiente. É o caso da digitalização do certificado Internacional de Seguro Automóvel, mais conhecido por “carta verde”.

Aquele documento e respectivo dístico passou, desde Julho, a ser impresso em folha normal, e não em folha verde como até aí, mas o presidente da APS defende que é preciso mais, porque em causa estão 12 milhões de certificados impressos anualmente em papel, a que acrescem custos de envio pelo correio, e que poderia ser enviado aos clientes por meios digitais. Até porque, desta-

ca, as forças de segurança dispõem de meios para confirmar, na hora, se o seguro automóvel de uma viatura está regularizado.

Outra alteração urgente está relacionada com os seguros de acidentes de trabalho. As empresas têm de enviar mensalmente às seguradoras a lista de remunerações de todos os trabalhadores, para cálculo dos prémios. E todos os meses enviam à Segurança Social, através de ficheiro electrónico, informação mais completa sobre as remunerações dos trabalhadores. Para além da duplicação de trabalho, são frequentes as discrepâncias entre as duas informações, o que implica um trabalho acrescido na identificação dos erros, adianta Galamba de Oliveira, acrescentando que isso se ultrapassaria com a criação de uma solução que permitisse ser a Segurança Social a enviar a informação necessária às seguradoras.

Dá ainda outro exemplo, que se prende com a obrigatoriedade de haver uma decisão do Tribunal de Trabalho em caso de acidentes de trabalho, mesmo quando há acordo entre trabalhador e seguradora, e independentemente do nível de incapacidade verificado. O presidente da APS diz que o acordo entre as partes até poderia ser depositado no tribunal, mas os custos que o processo actual representa e a consequente demora no pagamento das indemnizações aos trabalhadores, cerca de um ano, “são muito elevados”.

Redução de prémios

Os últimos indicadores disponibilizados pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) revelam que cerca de quatro milhões de contratos beneficiaram, até final de Agosto, de várias medidas de renegociação de prazos de pagamento, redução de prémios e mesmo a devolução de parte dos montantes pagos no caso de actividades económicas fortemente afectadas por medidas



Crise retirou carros das ruas e reduziu sinistros. Mas corte no custo (prémio) dos seguros é negociado caso a caso, diz APS

4

milhões de contratos de seguros beneficiaram, até Agosto, de várias medidas de renegociação de prazos de pagamento e redução de prémios

22,9%

foi a redução da produção seguradora, medida por novos contratos, nos primeiros nove meses do ano, face a igual período do ano passado

destinadas a travar a propagação da covid-19, como foi o encerramento de vários negócios.

Sobre a resposta do sector à crise, o presidente das seguradoras destaca que, “muito antes do decreto-lei [Decreto-Lei n.º 20-F/2020, de 12 de Maio], que veio prever as moratórias, as empresas seguradoras já estavam a rever as apólices, no sentido de reduzir ou fraccionar os prémios”. Adianta que em resultados dessas iniciativas, que “foram um precioso auxiliar das famílias e empresas para poderem efectuar o pagamento dos prémios de forma mais suave e escalonada no tempo”, não se verificam, “até ao momento, níveis de incumprimento relevantes”.

“Temos, sim, alguma quebra de produção, isto é, redução de novos contratos de seguros [-22,9% até Setembro], mas que é absolutamente natural face à crise económica que se instalou”, refere.

Questionado sobre se a redução dos custos com sinistros rodoviários (-8,2% até Setembro, segundo dados da ASF-Autoridade para a Supervisão dos Seguros e Fundos de Pensões) vai ser reflectida numa redução dos prémios de seguro a pagar pelos clientes, o presidente da APS mostra-se cauteloso. Admite que, “num primeiro

momento, com o confinamento, houve menos carros a circular nas estradas e, por isso, uma menor ocorrência de sinistros”, mas salvaguarda que, ainda aqui, se verificou um aumento de outros custos, nomeadamente porque os carros estiveram mais tempo parados para serem reparados, à espera de peças importadas, prolongando-se a utilização de veículos de substituição. Mas na fase seguinte ao confinamento, “registou-se um aumento de veículos em circulação, na medida em que as pessoas estão a evitar os transportes públicos, e o resultado foi um aumento do número de sinistros, por vários motivos, entre os quais a existência de condutores não habituais”, refere.

Galamba de Oliveira diz que “cada empresa de seguros, em função da sua própria realidade, está a seguir a recomendação da ASF”, que determinou que “as empresas de seguros, nas decisões em matéria de ajustamento das condições contratuais dos produtos, devem respeitar as regras técnicas aplicáveis e devem atender à situação específica do contrato, do conjunto de contratos e da empresa, bem como aos respectivos modelos de tarifação, de forma a garantir a suficiência e sustentabilidade dos prémios, visando o equilíbrio técni-



NUNO FERREIRA SANTOS

Rátios de solvabilidade sólidos

Sobre a eventual necessidade de prolongar algumas medidas criadas para mitigar os efeitos da crise, em vigor até ao primeiro trimestre de 2021, o presidente da APS destaca que, na actual conjuntura, “não é fácil prever o que possa acontecer em Março do próximo ano”. Garante, no entanto, que “as empresas de seguros estarão sempre disponíveis para estudar e implementar medidas que ajudem os seus clientes que estejam em maiores dificuldades económicas, desde que isso não coloque em causa o equilíbrio técnico, o cumprimento dos contratos vigentes e as responsabilidades que têm para com o conjunto dos seus segurados e terceiros beneficiários”. O líder associativo lembra que “felizmente, nem todas as pessoas estão a passar por dificuldades económicas e, por isso, deve sempre ponderar-se se as medidas devem ser transversais a todos os clientes ou se devem ser focadas nas pessoas e empresas que estão a ser mais afectadas por toda esta crise”. E conclui: “Em face ao conhecimento limitado que hoje existe sobre o futuro, será sempre prudente avaliar as melhores possibilidades conforme os cenários vão surgindo e se a extensão das moratórias se revelar a solução mais adequada”.

Ao PÚBLICO, o regulador do sector segurador garante que “Portugal conta com um sector segurador sólido e maduro, capacitado para fazer face aos actuais impactos provocados pelo surto de covid-19”. A ASF adianta que “acompanha em permanência os operadores do mercado sob a sua supervisão, monitorizando a evolução dos riscos face ao momento actual e à imprevisibilidade futura que afecta todos os sectores de actividade de forma transversal”. A entidade presidida por Margarida



Corrêa de Aguiar assegura que “neste momento não existe pressão no sector segurador por falta de pagamento de apólices”, e destaca os rácios de cobertura de capital das empresas de seguros.

co da modalidade de seguro em causa”. Assim, vai-se assistindo “à tomada de posições diversas das empresas de seguros sobre esta temática e algumas vão nesse sentido”, adianta, acrescentando que “o futuro é muito incerto, e por isso será preciso ir avaliando conforme os novos cenários se vão apresentando”.

Para além da redução de custo (prémio) dos seguros, decorrente da ausência de acidentes ou outras, decidida por cada companhia, algumas estão a privilegiar a atribuição de um bónus extraordinário aos clientes na renovação de seguros, através de um estorno (devolução) desses montantes. A justificação dada aos clientes é precisamente a menor sinistralidade rodoviária registada entre 19 de Março e 2 de Maio.

A medida, que não mexe no valor do prémio, o que é benéfico para as seguradoras, serve ainda, pelo menos em alguns casos, para criar uma ligação digital entre o cliente e a companhia. É que o montante é pago através de crédito directo na conta bancária do cliente, o que implica o envio, por email, do respectivo IBAN. Essa comunicação também serve de prova de aceitação do bónus.

Covid-19

Pandemia “obriga” à criação de novos seguros

Rosa Soares

O presidente da Associação Portuguesa de Seguradores (APS), José Galamba de Oliveira, defende, em declarações ao PÚBLICO, que “o sector segurador em Portugal é altamente competitivo”, mas assume que o “actual contexto é um desafio à inovação, à criatividade, à melhoria de processos com vista a uma maior eficiência com menores custos”. Até porque, adianta Galamba de Oliveira, “a vida não voltará a ser como era antes da pandemia”.

Por isso, diz, é preciso “ver para lá da crise e encontrar respostas para os novos hábitos de vida, as novas formas de trabalho e de mobilidade, as novas empresas e empresários, os novos riscos”. E para tudo isso, “a tecnologia vai ser cada vez mais importante”, refere.

Neste domínio, Galamba de Oliveira destaca a necessidade de novas coberturas dos seguros de acidentes de trabalho, ajustadas ao teletrabalho, ou a soluções híbridas (em casa e nas empresas).

Também porque há mais pessoas a trabalhar em casa, pode justificar-se ajustamentos aos seguros multirriscos. E ainda a necessidade de cobertura de novos riscos decorrentes de novas soluções de mobilidade urbana, como o uso crescente da bicicleta e de trotinetes, partilhadas ou pessoais.

Paralelamente, as seguradoras estão a oferecer soluções mais flexíveis, como é a possibilidade de os melhores condutores poderem ter um desconto adicional no prémio de seguros, para além do que existe quando não são responsáveis por sinistros rodoviários.

Para isso, os condutores terão de aceitar partilhar com a seguradora, através da instalação de uma box no veículo, informações sobre as características de condução, refere o presidente da Associação Portuguesa de Seguradores, adiantando que esta solução está a ter sucesso em Itália e já está em teste-piloto em território português.

Seguros de saúde sob foco

A oferta de seguros voluntários de saúde, contratados por particulares, é numerosa, e a linguagem, como quase todos os seguros, é de difícil compreensão para o cidadão comum.

Mas a procura por estes produtos tem vindo a aumentar (houve um crescimento de 8,9% nos primeiros nove meses do ano), a que



ESTELA SILVA/LUSA

Adesão voluntária de seguros de saúde subiu 8,9% até Setembro

não é alheio o envelhecimento da população e o actual contexto de pandemia.

Consciente das particularidades destes produtos, a Autoridade para a Supervisão dos Seguros e Fundos de Pensões (ASF) anunciou recentemente que “está a trabalhar num conjunto de medidas regulatórias que contribuam para um desenvolvimento equilibrado do mercado,

salvaguardando um posicionamento mais informado dos consumidores e requisitos de transparência que são exigíveis num tipo de seguro com esta relevância económica e social”. O anúncio foi feito por Margarida Corrêa Aguiar, presidente da entidade reguladora dos seguros, numa conferência recentemente organizada pelo *Jornal de Negócios*.



Público

Etiópia

“Do ponto de vista humanitário, as perspectivas são terríveis”

Entrevista a Ahmed Soliman
Mundo, 20/21



Presidenciais

Marcelo marca eleições até amanhã

Infectados dez dias antes não podem votar

Há recolha de votos ao domicílio para a maioria dos eleitores confinados

Política, 10/11 e Editorial



GP de Portugal
Miguel Oliveira voou para a vitória e fechou a época com um fim-de-semana perfeito
Desporto, 36/37

Entrada no mercado de trabalho em recessão penaliza rendimentos durante 10 anos

“Efeito cicatriz” das crises no mercado de trabalho penaliza primeiro emprego

Aqueles que entram no mercado de trabalho a meio de uma recessão correm o risco de carregar esse fardo

durante muito tempo, sob a forma de salários persistentemente mais baixos. Outras crises mostraram que não

só a desvantagem não é corrigida logo com a recuperação da economia, como a perda de rendimentos demo-

ra entre 10 a 15 anos a ser eliminada. E a história pode repetir-se nesta crise pandémica **Destaque, 2 e 3**

Opinião
O que podemos fazer, podemos pagar

Artigo de Ricardo Cabral
Espaço Público, 9



Moçambique
Missão católica destruída por jihadistas em Cabo Delgado

Mundo, 22

Violência doméstica
A alternativa às casas-abrigo que ajuda as vítimas a libertarem-se

Sociedade, 14/15



Covid nas prisões
Casos sobem mas não haverá libertação de reclusos

Destaque, 5

Saúde e teletrabalho
A pandemia está a levar à criação de novos seguros

Economia, 24/25



Medidas de apoio às empresas

Incumprimento do teletrabalho “passa muito pela interpretação da lei”

Luís Villalobos

CCP diz que não conhece “casos de incumprimento notório”, mas não põe “as mãos no fogo”. CIP queria antecipar os dois feriados

Para o presidente da Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP), João Vieira Lopes, a questão do incumprimento do teletrabalho “passa muito pela interpretação da lei”. As empresas que podem pôr as pessoas em teletrabalho, diz, fazem-no. “O que pode ser discutível é o que as empresas acham das pessoas que podem estar em teletrabalho e das que não podem estar”, acrescenta este responsável, depois de questionado pelo PÚBLICO sobre se tinha conhecimentos de casos ou de queixas de incumprimento deste regime nos casos em que é obrigatório.

“Não temos ideia de casos de incumprimento notório, mas não pomos as mãos no fogo que não haja situações dessas”, afirmou. “Admitimos que possa haver algumas [situações]”, e que haja empresas que “não tenham feito um esforço total” para a aplicação do teletrabalho, acrescentou o presidente da CCP. Esta entidade patronal, no entanto, não tem dados quantitativos nem sabe se a Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) e a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE) têm ou não detectado muitas situações. No sábado, em conferência de imprensa para falar sobre as medidas ligadas ao estado de emergência, o primeiro-ministro afirmou que tem vindo a verificar-se “um grande incumprimento” da obrigatoriedade do teletrabalho nos concelhos e casos em que é aplicável. “Se olharmos para aqueles dados que a Google vai publicando sobre as deslocações percebemos que há muito mais pessoas a deslocar-se do que se o teletrabalho estivesse a ser mais respeitado”, sustentou. Por causa disso, afirmou que o Ministério do Trabalho já tinha dado indicações para a ACT avançar com acções inspectivas.

Já CIP – Confederação Empresarial de Portugal, presidida por António Saraiva, mostra-se contra o apelo do primeiro-ministro para as empresas dispensarem os seus trabalhadores

nas vésperas dos dois próximos feriados: as escolas vão fechar e a função pública terá tolerância de ponto.

As decisões agora apresentadas, diz a CIP em comunicado, “não são consistentes, ponderadas e não estão sequer cientificamente fundamentadas”, sublinhando que já tinha levantado reservas “a este novo pacote de medidas limitadoras da mobilidade e, portanto, da actividade económica”.

Ao “forte condicionalismo em relação a oito dias completos” junta-se o encerramento das escolas nas vésperas de feriados, decisão que implica, sublinha-se, “um problema adicional para centenas de milhares de pais

que terão de assegurar a necessária assistência aos filhos”

“O anúncio do Governo é tanto mais grave quanto se recomenda e remete para as empresas a possibilidade de ‘suspenderem a laboração’ nestes dias. Numa situação de quebra dramática dos rendimentos, o país não pode dar-se ao luxo de perder tantos dias de produção, não existindo qualquer base científica que justifique o encerramento generalizado das empresas”, destaca a CIP.

Defendendo que os feriados deveriam ter sido antecipados em 24 horas, esta organização patronal diz que, numa conjuntura como a actual, é “fundamental que o Governo perceba que as empresas portuguesas têm compromissos a honrar – com trabalhadores e com clientes – e o cumprimento dessa responsabilidade é determinante para Portugal. Se as empresas fecharem, uma parte vital do país fecha com elas”.

Entre as medidas anunciadas por António Costa está também o uso obrigatório de máscara no local de trabalho (se não houver divisórias ou se os trabalhadores não estiverem isolados), algo que, para o presidente da CCP, era “inevitável”. “Em termos de saúde pública, nunca discutimos as medidas”, sublinhou João Vieira Lopes. Tema mais sensível é o dos apoios às empresas, com o dirigente da CCP a realçar que este sábado houve apenas duas novidades: o adiamento dos pagamentos do IVA e da Segurança Social ao Estado, com hipótese de ser feito em três ou seis prestações (sem juros), e o anúncio de que haverá apoios ligados às rendas comerciais. Neste último caso, no entanto, ainda nada se sabe, podendo haver novidades por parte do ministro da Economia, Pedro Siza Vieira, na próxima terça-feira.

Recordando que os apoios às rendas comerciais são uma reivindicação feita pela CCP antes do Verão, Vieira Lopes diz que deve haver um esforço repartido entre o empresário e o senhorio, cabendo ao Estado uma compensação a este último, que passaria por uma descida ou até anulação da taxa libertatória dos 28% que cobra ao nível do IRS.

Quase 500 em cuidados intensivos

Foram 4788 os novos casos de covid-19 registados no boletim divulgado ontem pela Direcção-Geral da Saúde, e que dizem respeito às notificações de sábado. É uma diminuição face a sexta-feira, quando o país somou 6472 infecções. Já o número de mortes aumentou de 62 para 73. Portugal registou ainda o número de internamentos mais elevado de sempre: 3151. Há 491 doentes com covid-19 em cuidados intensivos, ainda de acordo com o boletim de ontem. O total de casos confirmados, desde o início da pandemia, é assim de 260.758. E o número de mortes atingiu os 3897 (2013 homens e 1884 mulheres). A taxa de letalidade mantém-se em 1,5%. A região Norte continua a somar mais casos de infecção por SARS-CoV-2, mais novos casos e mais mortes por covid-19, no conjunto do país. O retrato no Norte: registou um total de 135.363 infecções até agora e, no último balanço, 3091 novos casos (o que representa 64,5% do total de novos casos no país). Quanto ao total de óbitos, são 1822. Segue-se a região de Lisboa e Vale do Tejo, com 844 novas infecções no sábado, um total de casos até agora de 88.983 e 1421 mortes.



João Vieira Lopes,
presidente
da CCP



ROQUE DA CUNHA | 2 MIL MÉDICOS

Faltam decisões, como por exemplo sobre os mais de 2 mil médicos de família que estão a fazer, além do seu trabalho, atividades relacionadas com a Covid-19", disse Roque Cunha, secretário-geral do Sindicato Independente dos Médicos, sobre as medidas do Governo.



GUADALUPE SIMÕES | **DÚVIDA POR CLARIFICAR**

Guadalupe Simões, do Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, lembra que o Executivo vai "autorizar a contratação direta, por parte dos hospitais, de médicos", mas ficou sem ter a "certeza do que este anúncio pode significar para os enfermeiros". Cerca de 2 mil destes profissionais encontram-se em situação precária.





PRESIDENTE DA DIREÇÃO DA ASF-ASAE

OE à medida da ASAE

Numa altura em que o governo tenta por um lado combater a segunda vaga da pandemia, que está a ser bem mais devastadora do que primeira, por outro lado, trava-se uma luta encabeçada pelo Sr. ministro da Economia e Transição Digital contra a crise económica sem precedentes resultante da pandemia. À medida que se adensa a crise económica e por ocasião da discussão do Orçamento de Estado, vão sendo discutidas medidas de apoios à economia por forma a garantir a sobrevivência do maior número de empresas e postos de trabalho. Nesse contexto e no que toca à ASAE, uma medida muito simples que contribuirá para a injeção de liquidez económica nas empresas que prestam serviços ao organismo deverá passar pelo pagamento de dívidas de serviços prestados há um ano, e em alguns casos quase os dois anos. Já agora seria importante conhecer o prazo médio de pagamento (PMP) a fornecedores da ASAE, que em 2011 era de 22 dias. Para que o orçamento da ASAE de 2021 possa ser exequível e ajustado para fazer face às suas necessidades, não pode padecer da suborçamentação como tem acontecido nos últimos anos. Tal situação tem limitado significativamente a operacionalidade do organismo, colocando em risco o cumprimento das missões confiadas pelo Estado português à ASAE. ●

PRECÁRIOS RTP

Integração é um “embaraço”

■ O Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Telecomunicações e Audiovisuais (SINTTAV) enviou uma carta à ministra da Cultura, Graça Fonseca, à ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho, e ao responsável pela pasta das Finanças, João Leão, em que afirma que o

programa de vinculação de precários na RTP é um “embaraço absoluto”. A estrutura garante que a empresa pública não está a respeitar a antiguidade destes trabalhadores precários na altura de avançar com a integração. “Numa atitude que só podemos classificar como mesquinha”, acrescenta. ●



Trabalhadores precários da RTP

NOTO FOTOLISA

SINDICATO | **TESTES RÁPIDOS**

Sindicato dos Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêutica crítica a Entidade Reguladora da Saúde (ERS) e defende que os testes rápidos têm de ser feitos por profissionais. Fernando Zorro diz que ERS esqueceu os técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica.





23-11-2020

Meio: Imprensa

País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

Pág: 8

Cores: Cor

Área: 4,45 x 6,38 cm²

Corte: 1 de 1



Governo admite maior subida do SMN

PORTUGAL O Governo admitiu um aumento maior do salário mínimo para 2021, que acaba por ter como consequência uma subida dos vencimentos mais baixos da administração pública. A ministra do Trabalho garante iniciar já uma “avaliação geral” da legislação laboral. Ana Mendes Godinho admitiu ainda que o Governo poderá subir mais a proposta que já fez de aumentar o salário mínimo de 635 para 659 euros.

TESTEMUNHO



Paula Pio
Coordenadora do centro
e psicóloga

"Damos tempo, e eles começam a contar-nos de uma forma natural a fuga. Mas é algo que não se esquece. Quando chegaram, nem dormir conseguiam. Deambulavam pelo seminário"



PEDRO MARTINS/ GLOBALIMAGENS

Não há desemprego na maior casa de refugiados do país

Os 43 ocupantes do centro de migrantes do Fundão têm todos trabalho. O recomeço de uma vida de terror

Célia Domingues
locais@jn.pt

ACOLHIMENTO "Se soubesse o que iria viver até chegar ao Fundão, voltaria a fazer o mesmo porque o que nos levou a fugir é bem pior do que o drama da viagem". A resposta é igual e pronta por parte dos refugiados, salvos por embarcações humanitárias e que encontraram uma nova vida no Fundão. O maior centro para as migrações do país, instalado no antigo Seminário do Fundão, tem 43 cidadãos que fugiram da guerra. Todos estão empregados, em áreas diversas como pastelaria, construção civil ou confeções. E já falam "alguma coisa" em português.

"Houvesse mais refugiados e existiria emprego para todos eles", garante a coordenadora do centro e psicóloga, Paula Pio. O Fundão atravessa uma fase positiva de emprego com o município a divulgar nas redes sociais as vagas transmitidas pelas empresas.

O primeiro grupo de refugiados

chegou ao Centro para as Migrações em julho de 2018. Dezanove migrantes resgatados pelo navio humanitário Aquarius. "Nove foram embora porque tinham familiares na Europa", explica Paula Pio.

Major Tesfay, de 26 anos, é um dos que ficou no centro a que todos chamam "casa". Trabalha numa empresa de eletricidade com serviços fora do Fundão, pelo que já conheceu outras zonas, como o Algarve. Permanece no Centro porque ainda precisa de apoio psicológico e acompanhamento. "O Fundão é a minha casa, onde tenho uma nova família. Estou bem, mas estaria melhor se conseguisse trazer da Eritreia a minha mãe e os meus dois irmãos", confessa ao JN.

MÃE DE PELUCHES

A falta da família é a maior necessidade apontada pelos refugiados, embora todos falem com os familiares por telefone ou videochamada. "A maioria é muito jovem,

na casa dos 20 a 25 anos. Temos migrantes rapazes que compram peluches para enfeitar as camas, mostrando dessa forma que a ausência afetiva da mãe está muito presente", revela Paula Pio.

Em Portugal, os acolhidos ganharam peso, saúde e o sorriso, mas o trauma das condições de fuga para a Europa mantém-se. "Damos tempo, e eles começam a contar-nos de uma forma natural o que sofreram na fuga. Mas é algo que não se esquece. Quando chegaram, nem dormir conseguiam. Deambulavam pelo seminário", lembra a responsável.

"O Fundão, por ser uma cidade pequena, permitiu que eles sentissem afeto. Vão à rua e são cumprimentados. Os que partiram mantêm uma ligação. É o caso do presidente de uma câmara na Eritreia, do grupo 'Aquarius', que foi para a Bélgica. Dizem que nos querem visitar porque não esquecem o Fundão", frisa Paula Pio.

Há refugiados que trabalham no Centro para as Migrações. Marie

Grace, uma costamarfinense de 21 anos, ou de Hebtetsion Tesjahiet, de 48 anos, da Eritreia, o mais velho dos 43 ali acolhidos, fazem parte deste grupo. A primeira trabalha na cozinha, o segundo, que por ter balas alojadas nas pernas não pode ficar muito tempo em pé, trata do espaço arborizado exterior e ajuda no que é necessário. "É trabalho que alguém tem de fazer, por isso a Câmara proporcionou este recrutamento", diz a responsável pelo centro, que acredita ser uma questão de tempo "até todos serem realojados em habitações sociais ou em casas arrendadas", como já o fizeram alguns, sozinhos ou acompanhados no Fundão.

A cidade do Fundão, onde chegaram sem roupa, com fome, assustados, feridos, é o ponto de partida de uma nova vida. "Lugar do presente e futuro, com emprego e paz", resume Major Teisfay, que se despede do JN com uma mão no peito e uma expressão beirã. "Bem-haja". ●



← Centro para as Migrações do Fundão é a nova casa de muitos refugiados que vêm de vários pontos do globo

O primeiro bebé nasceu na Covilhã

Centro
vai ser
requalificado
e ampliado



Anwaa Qkhamis
21 anos, Sudão

“O Fundão é calmo e no trabalho todos me ajudam. O meu pai morreu há seis meses, só queria ter a minha mãe e os meus irmãos comigo para ficar mesmo feliz aqui”



Marie Grace
21 anos, Costa do Marfim

“Fugimos porque eu e o meu namorado temos religiões diferentes. Lá eu seria morta. Ele já arranhou aqui trabalho na recolha do lixo e eu na cozinha do centro”



Major Teisfay
26 anos, Eritreia

“Trabalho numa empresa de eletricidade. O que ficou para trás é para esquecer, mas é duro. Queria muito trazer os meus pais para tratar deles aqui”

Jaxon é filho de pais nigerianos e do destino que passou pela Líbia antes de Portugal



Blessing e Stanley com Jaxon, o primeiro herdeiro que nasceu há 11 meses no Centro Hospitalar Cova da Beira

VIDA Jaxon nasceu há 11 meses no Centro Hospitalar Universitário Cova da Beira, na Covilhã. O filho de Stanley e Blessing, um jovem casal, ele com 23 e ela com 26, que se conheceram na escola, na Nigéria, é o primeiro bebé refugiado acolhido no Centro para as Migrações do Fundão.

A família mudou-se entretanto para uma casa social, disponibilizada pelo município. Stanley trabalha na construção civil e a mulher quer ficar um ano com o filho, até o colocar numa creche e recomeçar a trabalhar.

O casal apaixonou-se, arranhou forma de fugir da Nigéria, depois da Líbia, até chegar a Portugal.

Para trás ficam memórias dramáticas do grupo islâmico Boko Haram, mas agora olham para o futuro que lhes sorri. Têm planos para ter mais filhos. “Este foi concebido na Nigéria. Num campo de refugiados da Líbia soube que estava grávida”, confessa a mãe.

O pai é “superprotetor”, acrescenta Blessing orgulhosa do marido. “Vinha com medo de não poder sustentar a minha mulher e o meu filho. O Fundão ajudou-nos muito. Vamos na rua e todos fazem festinhas ao nosso bebé. O povo português é maravilhoso. Estamos super-realizados e em paz”, resume Stanley, emocionado.

Câmara pretende acolher crianças que estão em campos na Grécia

OBRAS O Centro de Migrações do Fundão, que acolhe também cerca de 70 jovens estudantes dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), vai entrar em obras para melhorar as condições do imóvel secular.

Os planos da Câmara passam por receber mais refugiados (está previsto o acolhimento de mais seis até final do ano até atingirem um máximo de 150) e algumas das 500 crianças e jovens que Portugal vai acolher, oriundos de campos de refugiados na Grécia.

Paulo Fernandes, presidente do município, não esconde o orgulho pela forma como o concelho acolheu estas vítimas da guerra. “Às vezes para as respostas mais complicadas a nível global, as respostas são locais mais integradas, mais inseridas no contexto da comunidade”, refere o autarca. “Portugal não deve fechar-se ao mundo. Mesmo numa altura difícil, devemos colaborar e aderir. O Fundão vai fazê-lo”, acrescenta o edil ao JN.

O plano de integração implica aulas de português, a realização de ações formativas sobre direitos e deveres, informação sobre o país. No primeiro ano, os migrantes recebem do Centro de Migrações uma mensalidade de 150 euros. O Fundão prolongou este apoio para quem não tem ainda emprego por mais um ano. “Existem refugiados que recebem o ordenado e enviam-no quase todo para a família. Ficam com 50 euros para o mês”, conta Paula Pio.



Cozinha do Centro de Migrações do Fundão

JN

Jornal de Notícias



MOTOGP OLIVEIRA REI DOS ALGARVES

Comandou da primeira à última volta e encerra época com a concretização de um sonho P. 40 e 41

Benfica Pedro Pinto deixa TVI e vai liderar Comunicação das águias

P. 44



Nova polícia europeia recruta 40 agentes nas forças portuguesas

Guarda de Fronteiras e Costeira começa a operar já no início do próximo ano

Elementos da PSP, GNR, SEF e PJ vão combater tráfico humano e de droga P. 16 e 17

Habitação Governo avança mais 400 milhões para tornar edifícios sustentáveis

Objetivo é reduzir a fatura energética das famílias P. 10

Regionalização CCDR passam a gerir Educação e Cultura P. 12

Porto Câmara renova Praça da República e Lapa P. 20 e 21

Refugiados Integração e pleno emprego no Fundão P. 24 e 25

PEDRO CORREIA/GETALY IMAGES



AS VÁRIAS FAÇES DA EMERGÊNCIA

Reportagem nos
concelhos de Caminha,
Leiria e Beja P. 4 a 8

Privados
Tolerância de ponto
não está garantida

Pontes
Creches e pré-escolar
também fecham

Takeaway
Clientes podem
levantar refeições

PUBLICIDADE

Precisa de
dinheiro?

Conheça a venda
com opção de compra!
Pode vender o seu **ouro**
e voltar a comprá-lo,
pagando-o de
24 suaves
prestações.

VOC24
Venda com Opção de Compra

Valores
Impedimentos em ORO

808 256 737
WWW.VALORES.PT

PUBLICIDADE

EUROMILHÕES
A cada sorteio de um dia para o outro

ESTA
TERÇA-FEIRA

143 MILHÕES

JOGOS
SANTACASA
#Ganhamostodos

www.jogosantacasa.pt

INDÚSTRIA

Espanhola Nervión monta sede na Feira em ano mau

Pandemia provoca “rombo” quase total nas receitas da empresa basca, do grupo Amper, responsável pela manutenção das refinarias da Galp e das fábricas da Siderurgia Nacional em Portugal, entre outras operações.

A Nervión Industries, empresa de montagem e manutenção de instalações industriais, que faz parte do grupo espanhol Amper, tinha orçamentado para 2020 uma faturação de 1,4 milhões de euros no mercado português. “Mas só devemos faturar cerca de 100 mil euros”, avançou Rui Costa, diretor executivo da Nervión Portugal, em declarações ao Negócios.

Responsável pela manutenção das refinarias da Galp em Sines e Matosinhos, e da unidade fabril da Sonae Arauco (uma “joint venture” da Sonae Indústria com a chilena Arauco) em Oliveira do Hospital, entre outras operações, a Nervión Portugal está a ser afetada pela crise pandémica, que levou à suspensão da atividade da maioria dos seus clientes.

“A pandemia estragou os nossos planos, pois a maior parte dos projetos que tínhamos foi suspensa – paragem de fábricas, onde fazíamos a manutenção, cujas intervenções foram adiadas para o próximo ano”, contou o mesmo gestor. Exemplo maior: “Na refinaria de Matosinhos da Galp, onde prevíamos faturar mais de meio milhão de euros este ano, não vamos ‘fazer’ nada”, garantiu.

Também a refinaria de Sines da petrolífera portuguesa, onde a Nervión Portugal contava faturar “cerca de 200 mil euros”, nada contribuirá para a caixa da subsidiária lusa do grupo espanhol. Recorde-se que a produção de combustíveis da Galp em Sines e Matosinhos esteve suspensa entre março (abril, no caso de Sines) e junho, tendo a nortenha voltado à mesma situação a 10 de outubro.

Também responsável pela manutenção industrial das fábricas



Paulo Duarte

Refinaria da Galp em Matosinhos continua com a produção suspensa.

cas dos grupos espanhóis Megasa (Siderurgia Nacional, no Seixal e na Maia) e Finsa (Nelas e Gafanha da Nazaré), entre outras operações, a Nervión Portugal ainda não consegue ver a luz ao fim da tubagem. “Há uma grande incerteza devido à pandemia, pelo que ainda não orçamentámos o próximo ano”, explicou Rui Costa.

Grupo Amper com um braço em Sines e outro na Feira
Entretanto, não obstante toda

esta incerteza, a Nervión Portugal, “uma empresa de direito português, constituída em novembro do ano passado e que emprega cerca de 40 pessoas”, acaba de instalar a sua sede em Santa Maria da Feira.

“Como o grupo Amper já está instalado em Sines através da Nervión Energy [antiga Sacyr Nervión], que faz a manutenção da refinaria da Repsol com 130 pessoas, decidiu-se sediar a Nervión Portugal no Norte, para estarmos mais próximos das empresas da região”, justificou Rui Costa. A escolha recaiu sobre o Centro Empresarial da Feira (CEF), que já conta com mais de meia centena de empresas, tendo permitido “a criação de mais de 350 postos de trabalho”, garantiu o seu diretor-geral, em comunicado. “Estamos a equacionar a ampliação destas instalações, assim como novos investimentos de replicação deste modelo de negócio”, revelou Hugo Pinto. Entre as empresas instaladas no CEF está a multinacional portuguesa de acessórios femininos Parfois, que aqui instalou o seu principal centro logístico mundial. ■

“

Prevíamos faturar mais de meio milhão na refinaria da Galp em Matosinhos. Não vamos ‘fazer’ nada.

RUI COSTA

Diretor executivo da Nervión Portugal

RUI NEVES



ID: 89786202

23-11-2020

NÚMERO**41,8%**

O número de beneficiários de prestações de desemprego aumentou em 41,8% em outubro face ao período homólogo de 2019.

Destaque Covid-19

O azar (de longo prazo) de procurar o primeiro emprego no meio de uma crise

Em anteriores crises, como a de 2008 a 2012, os jovens portugueses que tentaram entrar no mercado de trabalho viram os seus rendimentos penalizados durante um longo período de tempo. A história pode repetir-se na crise da pandemia covid-19

Sérgio Aníbal

É algo que já aconteceu em anteriores crises e que tem ainda mais motivos para se repetir no actual cenário de contracção económica por causa da pandemia: aqueles que têm o azar de entrar no mercado de trabalho precisamente a meio de uma recessão correm o sério risco de ter de carregar esse fardo durante muito tempo, sob a forma de salários persistentemente mais baixos ao longo de vários anos.

É o chamado “efeito cicatriz” das crises no mercado de trabalho, que está documentado e comprovado em diversos estudos feitos ao longo das últimas décadas, tanto a nível internacional, como especificamente para Portugal.

Análises realizadas às principais crises económicas das últimas décadas (e aos anos que lhes se seguiram) em vários países do mundo revelam que aqueles que procuram o seu primeiro emprego no auge da crise se deparam com “grandes efeitos iniciais nos rendimentos, na oferta de trabalho e nos salários que tendem a dissipar-se 10 a 15 anos mais tarde”, assinala o economista da Universidade

da Califórnia, Till von Wachter, num estudo realizado este ano e que procura fazer uma síntese do conhecimento científico actual sobre esta matéria, numa altura em que este tema pode voltar a ser relevante.

São vários os exemplos de crises em que esse efeito cicatriz foi muito claro e, em média, nos casos analisados pelo estudo de Till von Wachter, um aumento do desemprego numa recessão – um aumento entre quatro a cinco pontos percentuais da taxa de desemprego – tem como resultado para quem se licenciou numa universidade nessa altura um rendimento inicial 10% mais baixo. E pior que isso, essa desvantagem logo à partida não é corrigida assim que a economia recupera: a perda relativa de rendimentos destes trabalhadores demora, em média, entre dez a quinze anos a ser eliminada.

Há ainda diversos estudos, assinala o mesmo economista, que apontam para, além da perda de rendimento, impactos negativos persistentes em indicadores como a taxa de mortalidade, incidência de criminalidade ou o consumo de álcool.

Para Portugal, também há estudos realizados sobre esta matéria. Em 2010, Pedro Martins, economista que

foi secretário de Estado do Trabalho entre 2011 e 2013, concluiu (em conjunto com Gary Solon e Jonathan Thomas), com base em dados referentes ao período de 1982 a 2007, que, em Portugal, os salários de entrada no mercado de trabalho foram 1,8% mais altos quando a taxa de desemprego era 1% mais baixa, o que revela bem o problema que constitui encontrar um primeiro emprego quando o desemprego é muito alto.

Mais recentemente, no passado mês de Junho, captando já a crise da *troika* e analisando o impacto nos salários a prazo, o economista irlandês Mark Regan chegou a conclusões semelhantes para o conjunto de 13 países europeus, incluindo Portugal. Uma taxa de desemprego de 1% mais

1,8%

Em Portugal, os salários de entrada no mercado de trabalho foram 1,8% mais altos quando a taxa de desemprego era 1% mais baixa (dados de 1982 a 2007)

Nesta crise, que penaliza todos os países, emigração não será uma alternativa para alguns jovens, como foi noutras recessões

alta retirou, em média, 2% ao salário de entrada de um trabalhador. Nos oito anos seguintes, conclui ainda o estudo, a penalização subsiste, sendo de cerca de 1%. Apenas ao fim de 10 anos, o diferencial desaparece.

Em particular, no que diz respeito ao período da Grande Recessão e da crise do euro, o economista nota que os países mais afectados (Portugal, Itália, Grécia, Espanha e Irlanda) foram palco de uma penalização particularmente forte para os estreados no mercado de trabalho: os novos licenciados registaram perdas situadas entre os 23% e os 13% em cada um dos primeiros 10 anos da sua carreira.

Mark Regan não apresenta dados específicos para Portugal, mas uma dissertação de mestrado realizada este ano na Universidade Católica por Catarina Lopes, e que faz parte do trabalho a ser realizado pelo centro de investigação PROSPER, analisa em concreto aquilo que aconteceu no país durante e a seguir à crise que

assolou o país de 2008 a 2012.

A conclusão é, mais uma vez, a que os estudantes que se licenciaram nesse período, “foram negativamente afectados pelas condições iniciais, mesmo depois de estas condições terem deixado de existir”. A penalização nos rendimentos foi de cerca de 8% no primeiro ano, reduzindo-se progressivamente nos anos seguintes, mas “estando ainda presente em 2017. “Os resultados apresentados sustentam a ideia de impactos negativos persistentes e significativos da Grande Recessão em Portugal nos jovens”, conclui o estudo.

Nova crise, problema igual?

Não há ainda dados disponíveis sobre aquilo que está a acontecer aos salários de quem está agora a entrar no mercado de trabalho e não é obviamente possível saber com certeza o que é que irá acontecer a prazo. No entanto já há alguns sinais de que aquilo que aconteceu no passado se possa agora estar a repetir.

Quando se olha para os números do inquérito do emprego publicados pelo INE, é possível verificar que, como em anteriores crises, os empregos que mais estão a diminuir são os com uma menor antiguidade, inferior





NELSON GARRIDO

Principalmente emprego jovem

Com uma situação mais frágil a nível contratual e ainda à procura de estabilidade na sua carreira, os mais jovens estão a ser nos últimos meses os mais penalizados pela actual crise económica.

Os dados do inquérito de emprego do Instituto Nacional de Estatística deixam pouco espaço para dúvidas. Entre o final de 2019 e o terceiro trimestre deste ano, a população empregada com menos de 25 anos diminuiu em 58 mil pessoas, o que faz deste escalão etário a vítima de mais de metade de toda a perda de emprego registada até agora em Portugal na presente recessão.

Enquanto neste momento, a variação homóloga da população empregada se situa em 3%, o número de empregados com menos de 25 anos baixou 23,2%.

Esta é uma diferença que, em larga medida, encontra explicação na maior prevalência de contratos precários nesta camada da população, o que deixa os jovens na linha da frente para serem os escolhidos pelas empresas na hora de reduzir o pessoal.

Para além disso, é também evidente que, perante a crise e ainda num cenário de grande incerteza, muitas empresas deixam de contratar, o que adia a entrada (e a reentrada) de muitas pessoas no mercado de trabalho. Isso é evidente no facto de, em comparação com a perda de 3% registada no emprego total, os empregos mais recentes (com menos de seis meses de antiguidade) registarem uma variação homóloga negativa de 33% no terceiro trimestre do ano.



Pandemia penaliza novos empregos e população mais jovem

Novos empregos afectados pela crise

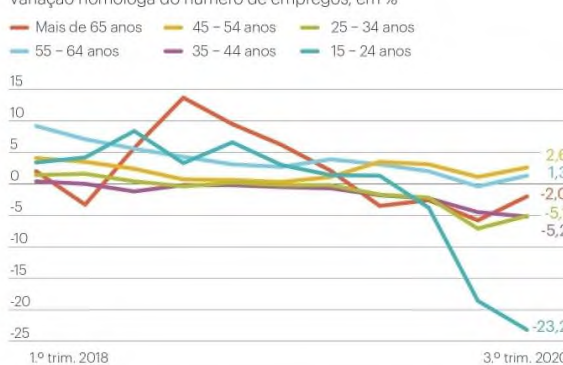
Variação homóloga do número de empregos, em %



Fonte: INE

População mais jovem mais afectada

Variação homóloga do número de empregos, em %



PÚBLICO

a seis meses, e que é no escalão etário mais jovem, até aos 25 anos, que se perderam mais empregos (ver caixa). Isto indicia que, para um número significativo de jovens, as portas do mercado de trabalho se fecharam com a crise, algo que, inevitavelmente se acabará por reflectir nos salários oferecidos.

“Os jovens que procuram neste

momento o seu primeiro emprego têm pela frente um panorama bem mais difícil no presente e depois isso acaba por persistir no futuro, porque a trajetória depois também é mais difícil”, diz Joana Silva, que orientou a dissertação de mestrado que assinala a existência de um “efeito cicatriz” durante a crise anterior e dirige o centro de investigação PROSPER.

Esta economista assinala ainda a existência de mais motivos para que a história se repita agora. “O facto de a recessão ser desta vez mais sincronizada em todos os países e de a situação estar difícil em todo o lado, faz com que a emigração não seja uma alternativa para alguns jovens, como aconteceu na crise anterior”, diz, assinalando ainda que, do lado das

empresas, pode também haver efeitos de longo prazo. “Se as empresas, por causa das características desta crise, começarem a alterar a combinação de trabalhadores que usam e se deixarem de ser intensivas em trabalho para passarem a ser em capital, isso são alterações que as empresas depois têm dificuldades em reverter. A consequência é nestes casos uma retoma sem mais empregos, algo que é penalizador para todos os trabalhadores, e em particular os mais jovens”, afirma.

Para João Cerejeira, professor na Universidade do Minho, é também evidente a inevitabilidade de um efeito inicial negativo para os novos trabalhadores, sendo que a rapidez com que esse efeito se dissipa depende grandemente da força da retoma.

Este economista, no entanto, vê algumas diferenças importantes entre a actual crise e a anterior. Por um lado, enquanto do ponto de vista dos salários, a crise anterior afectou particularmente a classe média e a classe média alta, esta está a afectar mais as pessoas com mais baixos rendimentos.

E, a nível sectorial, se em 2011 a crise começou na construção mas rapidamente se espalhou a toda a economia, agora “poderá haver sectores em que estão a contratar maciçamente, como a saúde, as tecnologias da informação, ou mesmo a construção e alguns sectores da transformação, mas ao mesmo tempo há actividades, como o turismo ou a restauração que são fortemente penalizadas”. Será aqui que se poderá desta vez concentrar o efeito negativo sobre aqueles que iniciam agora a sua vida activa.

De uma coisa não há dúvida, esta perda persistente que podem vir a sentir os trabalhadores mais jovens resulta também, como avisa a Organização Internacional do Trabalho (OIT), em “danos grandes e de longo prazo nas nossas sociedades”. Por isso, políticas públicas que contrariem este facto são desejáveis.

O economista Miguel Gouveia, na conferência do Banco de Portugal realizada na passada semana, defendeu que, para minimizar este efeito persistente negativo, seria importante tomar medidas para dinamizar as novas contratações por parte das empresas, sugerindo por exemplo a possibilidade de introduzir um mecanismo de redução do salário mínimo aplicado aos mais jovens.

Já para João Cerejeira, “a política pública não pode fazer muito em relação aos salários que são praticados agora”, mas pode antes “ter um papel importante na reconversão” dos trabalhadores novos ou velhos agora afectados. “A crise vai ser persistente e é preciso contribuir, nomeadamente com o apoio à formação, para a transferência de trabalho de sectores onde a crise vai ser persistente para sectores que estão melhores”, diz.



Público

Etiópia

“Do ponto de vista humanitário, as perspectivas são terríveis”

Entrevista a Ahmed Soliman
Mundo, 20/21



Presidenciais

Marcelo marca eleições até amanhã

Infectedos dez dias antes não podem votar

Há recolha de votos ao domicílio para a maioria dos eleitores confinados

Política, 10/11 e Editorial



GP de Portugal
Miguel Oliveira voou para a vitória e fechou a época com um fim-de-semana perfeito
Desporto, 36/37

RAFAEL MARCHANT/REUTERS

Entrada no mercado de trabalho em recessão penaliza rendimentos durante 10 anos

“Efeito cicatriz” das crises no mercado de trabalho penaliza primeiro emprego

Aqueles que entram no mercado de trabalho a meio de uma recessão correm o risco de carregar esse fardo

durante muito tempo, sob a forma de salários persistentemente mais baixos. Outras crises mostraram que não

só a desvantagem não é corrigida logo com a recuperação da economia, como a perda de rendimentos demo-

ra entre 10 a 15 anos a ser eliminada. E a história pode repetir-se nesta crise pandémica **Destaque, 2 e 3**

Opinião
O que podemos fazer, podemos pagar

Artigo de Ricardo Cabral
Espaço Público, 9



Moçambique
Missão católica destruída por jihadistas em Cabo Delgado

Mundo, 22

Violência doméstica
A alternativa às casas-abrigo que ajuda as vítimas a libertarem-se

Sociedade, 14/15



Covid nas prisões
Casos sobem mas não haverá libertação de reclusos

Destaque, 5

Saúde e teletrabalho
A pandemia está a levar à criação de novos seguros

Economia, 24/25



O que podemos fazer podemos pagar



Ricardo Cabral

O que somos capazes de fazer seremos capazes de pagar. Há tantos projectos há décadas à espera de dinheiro!

Uma série de artigos interessantes, recentemente publicados na plataforma Project Syndicate, debruça-se sobre a crise actual e sobre o que devem os governos fazer.

Gordon Brown e Robert Skidelsky, o primeiro, antigo ministro das finanças e antigo primeiro-ministro do Reino Unido, e o segundo, professor universitário, historiador económico e especialista em Keynes, argumentam num artigo publicado a 13 de Novembro que são necessários programas robustos de criação de emprego, nomeadamente emprego público, dados os efeitos da pandemia na actividade económica e no emprego. Realçam o elevado desemprego jovem no Reino Unido, estimando que existam no presente mais de um milhão de jovens com menos de 25 anos “nem-nem” (nem empregados, nem em formação ou no ensino secundário ou superior).

Em particular, defendem que os decisores de política económica britânicos deveriam reafirmar o seu compromisso em assegurar o pleno emprego, seguindo o espírito das propostas e iniciativas de Keynes e do Presidente americano Franklin D. Roosevelt nos anos 1930 e 1940.

Chamam ainda a atenção para o facto de, no início de Novembro, o Banco de Inglaterra ter declarado que “estaria pronto para tomar quaisquer medidas adicionais que sejam necessárias” para estimular a economia, imitando o famoso compromisso de Julho de 2012 do então presidente do BCE, Mario Draghi.

Contudo, argumentam que o Governo britânico de Boris Johnson não está a fazer o suficiente para contrariar os efeitos da recessão económica e que, se nada for feito, a economia não regressará ao patamar atingido em 2019 tão cedo, i.e., a recessão económica causada pela covid-19 perdurará no tempo.

De acordo com Brown e Skidelsky, para cumprir esse mandato de pleno emprego – criação no próximo ano de 1,5 milhões de empregos para os jovens –, o sector público britânico teria de se tornar o empregador de última instância, uma vez que é improvável que o sector privado, no actual contexto, crie emprego em termos líquidos.



PAULO PIMENTA

O canto de sereia da austeridade

Num artigo de teor similar publicado a 19 de Novembro, Bradford Delong, antigo subsecretário do Tesouro dos EUA durante a Administração Clinton, argumenta que é incorrecto preocupar-se com o nível de dívida pública quando a taxa de desemprego é tão elevada e as taxas de juro tão baixas.

Crítica a administração Obama por ter adoptado uma estratégia de austeridade orçamental a partir de 2010, logo a seguir à crise financeira internacional de 2007-2009, nomeadamente ao prometer utilizar o veto presidencial para assegurar a disciplina orçamental.

Segundo Delong, essa postura da administração Obama, bem como a política monetária da Reserva Federal sob a presidência de Janet Yellen, teve consequências negativas profundas na retoma económica dos EUA, ainda assim, muito melhor do que a observada na União Europeia e na zona euro.

Nomeadamente: a percentagem de população empregada no auge da sua capacidade de trabalho (i.e., por convenção, entre os 25 a 54 anos idade) só voltou a atingir o pico registado em 2007 (80%) em 2019, i.e., antes do deflagrar da pandemia covid-19, ainda assim, com rendimento significativamente abaixo (-8,3%) da sua

“

Emprego, emprego, emprego. Emprego público, porque não será criado emprego privado em 2021. Estímulo orçamental para evitar recessão profunda

anterior tendência de crescimento. Isto é, de acordo com Delong, os EUA nunca recuperaram plenamente da crise financeira internacional devido às políticas orçamental e monetária adoptadas após essa crise.

Nota que, como revela o gráfico em baixo, em resultado da covid-19, quase 25% da população americana entre 25 e 54 anos não está empregada e que são necessários programas de estímulo orçamental para responder a este desafio, porque não é aceitável que uma economia deixe inutilizados e de lado 25% dessa população.

A este propósito, relembra uma

População, entre 25 e 54 anos de idade, empregada nos EUA

(% do total da população entre 25 e 54 anos de idade)



Fonte: Federal Reserve Bank of St. Louis, FRED

PÚBLICO

importante frase de Keynes em 1942 numa intervenção na BBC: “Tudo aquilo que somos capazes de fazer somos capazes de pagar”.

Biden ganhou à tangente

Dani Rodrik, professor de Economia Política Internacional na Universidade de Harvard (John F. Kennedy School of Government) nota que Biden ganhou as eleições a Trump por pouco, beneficiando da pandemia e seus efeitos económicos. Note-se que Trump teve mais 10,1 milhões de votos do que nas eleições de 2016 (mas Biden teve mais 12,6 milhões de votos do que Hillary Clinton e esta já tinha ganho o voto popular, mas não o colégio eleitoral).

Realça ainda que as elites intelectuais não se identificam nem compreendem os 73 milhões de americanos que votaram em Trump ou o atraso a que regiões inteiras dos EUA estão condenadas. Neste contexto, é emblemática a frase de Hillary Clinton que designava os apoiantes de Trump como “deploráveis”. Para Rodrik, o Partido Democrata tem de ser capaz de se reconciliar com as classes trabalhadoras, nomeadamente com os trabalhadores não qualificados. O problema, realça, é que as economias não estão a criar um número suficientemente grande de empregos bons e bem remunerados e essa é uma receita para mais populismo daqui a quatro anos.

Por conseguinte, defende que é fundamental um novo contrato social e uma nova estratégia governamental para promover o crescimento da oferta de bons empregos.

Que mensagens para Portugal?

O Governo está em dificuldades. Por um lado, o combate à segunda vaga da pandemia não foi, até agora, eficaz, como todos os indicadores comprovam. Por outro lado, as medidas de política para minimizar as consequências económicas da pandemia estão muito aquém do que seria possível e desejável como aqui já se referiu.

O veto da Polónia e da Hungria atrasam a “bazuca europeia”. O estímulo orçamental português é dos mais pequenos da zona euro. E o Governo parece esperar por um milagre.

As mensagens dos textos que acima se resume são simples. Emprego, emprego, emprego. Emprego público, porque não será criado emprego privado em 2021. Estímulo orçamental para evitar recessão profunda.

Parafraseando Keynes, o que somos capazes de fazer seremos capazes de pagar. Há tantos projectos há décadas à espera de dinheiro!

Financiamento há e nunca esteve tão barato, com a dívida pública com maturidades até nove anos com taxas de juro negativas. Não há é vontade política em contrair mais dívida.

Os nossos governantes parecem esquecer que, como referido por Olivier Blanchard e co-autores, num artigo recente, quando a taxa de juro é tão baixa, a dívida pública, mesmo quando muito elevada, torna-se sustentável...

Economista. Escreve à segunda-feira



Público

Etiópia
“Do ponto de vista humanitário, as perspectivas são terríveis”
 Entrevista a Ahmed Soliman
 Mundo, 20/21



Presidenciais
Marcelo marca eleições até amanhã
Infectados dez dias antes não podem votar
Há recolha de votos ao domicílio para a maioria dos eleitores confinados
 Política, 10/11 e Editorial



GP de Portugal
Miguel Oliveira voou para a vitória e fechou a época com um fim-de-semana perfeito
 Desporto, 36/37

Entrada no mercado de trabalho em recessão penaliza rendimentos durante 10 anos

“Efeito cicatriz” das crises no mercado de trabalho penaliza primeiro emprego

Aqueles que entram no mercado de trabalho a meio de uma recessão correm o risco de carregar esse fardo

durante muito tempo, sob a forma de salários persistentemente mais baixos. Outras crises mostraram que não

só a desvantagem não é corrigida logo com a recuperação da economia, como a perda de rendimentos demo-

ra entre 10 a 15 anos a ser eliminada. E a história pode repetir-se nesta crise pandémica **Destaque, 2 e 3**

Opinião
O que podemos fazer, podemos pagar

Artigo de Ricardo Cabral
 Espaço Público, 9



Moçambique
Missão católica destruída por jihadistas em Cabo Delgado

Mundo, 22

Violência doméstica
A alternativa às casas-abrigo que ajuda as vítimas a libertarem-se

Sociedade, 14/15



Covid nas prisões
Casos sobem mas não haverá libertação de reclusos

Destaque, 5

Saúde e teletrabalho
A pandemia está a levar à criação de novos seguros

Economia, 24/25